Novembro/Dezembro 1980
Editado pela Fundação Nacional Pró Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Educação e Cultura
Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. CxP 04-0150

SPHAN 9
*pró*Memória

BAHIA

Solar do Ferrão

Com a presença do Ministro Eduardo Portela, da Educação e Cultura, do Governador Antônio Carlos Magalhães, do Estado da Bahia, do Secretário Aloísio Magalhães, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, foi inaugurado no dia 13 de novembro o Solar do Ferrão, a mais importante obra de restauração concluída em 1980, não apenas pelo que significou de aprendizado, descobertas e soluções no campo arquitetônico mas, sobretudo, pela filosofia norteadora dos trabalhos, no sentido da restauração para o uso social, preservando-se o tecido social-urbano, revitalizando seus bens e seus fazeres.

O Solar do Ferrão agora abriga a sede da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, reunindo sob um mesmo teto todos os setores técnicos, de pesquisa, de planejamento, de obras, a administração, o setor de documentação e biblioteca, o centro de restauração de bens móveis, laboratório fotográfico e amplas áreas destinadas a reuniões e exposições.

O projeto:

restauração para o uso, preservando o tecido social-urbano

A Casa Ferrão, ou o Solar do Ferrão como comumente é chamada, é sem dúvida alguma a edificação civil de maior importância arquitetônica, sócio-histórica e urbana do Estado da Bahia, além de representar um dos últimos exemplares da vida dos três últimos séculos na zona central da cidade de Salvador.

"Decadente, porém vivo; agonizante, porém cheio de potencial; desvirtuado, porém regenerável. Superpovoado de pessoas que, geralmente, deixaram o campo, os canaviais exauridos, o sertão faminto, todos herdeiros culturais da escravidão oficial dos séculos passados; todos reunidos, em nosso século, ainda sob a chibata e os castigos da pobreza contemporânea e escravizante. Todos identificados e nivelados na mesma miséria, na mesma promiscuidade, no mesmo 'Deus dará', na mesma incerteza existencial, enfim, na mesma luta", dizia em 1977 a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, ao encaminhar a proposta de restauração do velho Solar.

E em seu texto de introdução continuava o projeto: "não pretendemos restaurar ou ressuscitar as vidas pretéritas e presentes da Casa do Ferrão mas dar-lhes nova vida, nova feição, enaltecendo sua arquitetura e respeitando seus moradores pois, antes de tudo, lhes somos gratos, principalmente a eles, pelo fato do Solar do Ferrão ainda estar de pé, seja como for. Por isso propomos o monumento para sede de nossa Fundação e, infelizmente, não podemos conservar suas múltiplas funções e ocupações atuais – casas de cômodos, oficinas, marcenarias, bares, escolas, todos em condições precárias – mas propomos unificá-lo, funcionalmente, e transferir seus ocupantes para outros monumentos, de natureza notadamente residencial, porém adequados para utilização comercial e de serviços, ainda no Maciel. Este é pois, o projeto que apresentamos: a restauração didática, precisa e criteriosa do Solar do Ferrão, como unidade arquitetônica e socialmente útil e também a promoção sócio-econômica e cultural de seus ocupantes, aliando a restauração urbana ambiental do quarteirão 02-M do


Arquivo FPACBA


Arquivo SPHAN

Trechos da fachada do Solar do Ferrão para a rua Gregório de Matos.

Maciel, principalmente em sua parte mais obsoleta e ociosa".
Dentro deste espírito, projeto aprovado, todo o trabalho de restauração levou em conta os moradores do Solar do Ferrão, muitos dos quais ali residentes há mais de meio século e trabalhando nos arredores: Pelourinho, Maciel, enfim a zona central da cidade de Salvador, como humildes artesões, biscateiros, subempregados de maneira geral.
Todas as etapas da obra se desenvolveram intimamente ligadas à restauração do quarteirão 02-M do Maciel, podendo assim aliar a restauração do monumento com seu sítio e preservando mais que tudo o tecido social-urbano e tornando-a útil à sua própria população.
A restauração do Solar do Ferrão não foi um simples projeto técnico de restauração de um monumento para a instalação de uma repartição pública, mas uma tomada de consciência, a partida inicial para a restauração global, urbana, paisagística do Centro Histórico de Salvador, preservando assim seus valores culturais, conservando os monumentos e os homens que os guardam e os povoam.

A história da ocupação do prédio

Menos de dois séculos após a descoberta do Brasil pelos portugueses, os comerciantes e proprietários rurais já encontravam fortes razões para expressar a abastança da terra. Em 1690, Antônio Maciel Teixeira constroi a parte embionária daquilo que viria a ser o grande Solar, porque o prédio foi acrescido de novas partes ao longo de 11 anos de sucessivas ampliações, fato incontestável perante as marcas encontradas pelos técnicos da FPACBa e pelas datas distintas, localizadas nos frontispícios das portadas, à esquerda e à direita do prédio.
A área do prédio é de 4 mil e 500 metros quadrados, mas poderia ser maior se os Jesuítas que o ocuparam por volta de 1756 não acabassem expulsos do Brasil em 1759. Os Jesuítas ocuparam o Solar porque o Colégio no Terreiro de Jesus estava pequeno para tantos alunos. No Solar instalaram o Seminário de Nossa Senhora da Conceição e pretenderam ampliar o prédio até a ladeira de São Miguel. A expulsão, todavia, permitiu ao arquiteto Francisco Rego apenas adaptar a construção para Seminário.
A literatura a respeito dos quase quatro anos dos Jesuítas no Solar registra que eles edificaram "um muro no quintal e um rico presépio cujo acesso era feito através de uma ponte".
Os estudos históricos feitos pela FPACBa esclarecem como o prédio passou no fim do século XVIII às mãos da família Ferrão, nome que se incorpora não só ao prédio mas a uma das ruas adjacentes. O prédio saiu das mãos dos Ferrão para as de Gregório da Silva Freire que acabou morto, assassinado no interior do Solar.
Passa o Solar Ferrão para propriedade de José Freitas Paranhos, tio do Visconde do Rio Branco e pai de Antônio de Freitas Paranhos, Barão da Palma, para quem passa o prédio por herança, aumentando-lhe então o status de casa nobre.
Por volta de 1864, o prédio se transforma em teatro e, como ocorreu quando seminário, volta o Solar a ser freqüentado por grande público. O Barão da Palma se desfaz do Solar Ferrão por volta de 1878, hipotecando-o à Sociedade de Comércio. Em 1896 o Centro Operário da Bahia o adquire ao Banco Emissor da Bahia e realiza volumosa obra de adaptação e redecoração do Solar, emprestando à sua fachada características neo-coloniais. Esta é a ocasião do uso mais popular do majestoso prédio. O Centro Operário começou instalando uma escola primária e depois as oficinas de marcenaria, serraria, oficina e escola mecânica. No Centro se criou também um tiro de guerra para os aprendizes da Casa "de onde todos sairam prontos preparados como militar".
O Centro Operário decaiu como organização e o mesmo aconteceu com o Solar Ferrão que chega à segunda metade deste século transformado em imóvel para múltiplos fins: residências pluridomiciliares, oficinas, serrarias, serralherias, escola e casas comerciais. Cerca de 150 pessoas viviam no Solar Ferrão, expostas aos perigos de incêndio, pois as instalações elétricas estavam em péssimo estado, e de desabamento, porque os assoalhos estavam apodrecidos e existiam muitas infiltrações causadas pelas deficientes instalações hidro-sanitárias.
A partir de 1976 a Fundação do Patrimônio começa a discutir a compra do Solar Ferrão e as fórmulas de desapropriação. Em 1977 começa a transferir os moradores e artesãos para outros prédios da área, estabilizados e com instalações elétricas e hidro-sanitárias adequadas.
Finalmente, em 1977, o prédio foi adquirido pela FPACBa por dois milhões e 150 mil cruzeiros.


Arquivo FPACBA

Portada principal do saguão, com inscrição de 1701

Quinta do Tanque



Arquivo SPHAN

Também foi inaugurada no dia 13 de novembro, com a presença do Ministro Eduardo Portela, do Governador Antônio Carlos Magalhães e do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, a Quinta do Tanque que, como o Solar do Ferrão, há três anos era apenas mais uma entre as inúmeras ruínas coloniais da cidade de Salvador.

A Quinta do Tanque, também conhecida como Quinta dos Padres ou Casa Suburbana de São Cristóvão, com dois hectares de superfície e um tanque que lhe emprestou o nome, foi mandada construir pelos padres jesuítas para casa de repouso e férias. Data do final do século XVI e é de inegável mérito arquitetônico. O edifício é formado por três corpos de construção que se desenvolvem em "U" em torno de um pátio quadrado que tem ao meio uma fonte lobulada em lioz. Este partido em "U", segundo o Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, é de origem renascentista e foi largamente adotado na França, especialmente no período barroco. Fora usado anteriormente na Bahia, na Casa da Torre de Garcia D'Ávila e em Portugal, no Palácio dos Condes de Galveias, em Lisboa e no Solar dos Morgados de Mateus, em Trás-os-Montes, ambos setecentistas. É provável que o autor tenha se inspirado em modelos franceses, não só pelo partido como pelas janelas à francesa adotadas. Uma inscrição de 1664 fala em "arcada que rodeia o edifício", o que leva a crer que sua forma primitiva não era muito diversa da atual. Esta elevação do edifício sobre arcadas foi adotada também na Casa da Torre de Garcia D'Ávila e na casa de Câmara de Salvador, Cachoeira, Maragogipe e Santo Amaro.

Até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, a Quinta do Tanque esteve voltada para a cultura. Padre Vieira, por exemplo, passou dezessete anos de sua vida no Brasil na Quinta, ali escrevendo vários de seus famosos sermões. Coube a ele, também, como visitador da Companhia de Jesus, comandar a reforma efetuada no prédio, em 1688/91.

A partir de 1787 o uso da Quinta do Tanque se volta para saúde e assistência social. Ali é inaugurado um leprosário, o Hospital Público de São Cristóvão dos Lázaros. Cem anos mais tarde a Quinta abriga, por decisão de D. Pedro II, um Asilo de Mendicidade, ocasião em que são acrescentadas ao prédio original a escadaria central e as dependências do fundo. Na década de trinta, o Estado doou o prédio à Sociedade Baiana de Combate à Lepra. Logo após, o assoalho da ala esquerda foi substituído por lajes de concreto e o primeiro andar da ala direita foi destruído pelo fogo.

Três anos atrás, quando foi assinado o convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural e os então IPHAN e PCH-SEPLAN, o edifício estava ocupado por oficinas improvisadas e sua área verde por barracões. Hoje, totalmente restaurado, volta ao seu espírito inicial, abrigando atividade cultural: é a sede do Arquivo Público do Estado, com 400 mil documentos, que registram desde ordens régias de Dom João VI até papéis da República Velha.

Ali está instalado um mini-auditório, destinado a conferências, simpósios e cursos de reciclagem do pessoal ligado à área, sala de microfilmagens, sala de pesquisadores, a biblioteca, a sala de guarda dos documentos, as seções administrativas e legislativa, gabinetes da diretoria, secretaria, cantina e um centro de restauração de papéis.



Arquivo SPHAN

Graça

Prevista mais uma etapa de obras para 81



Arquivo SPHAN

A Igreja Nossa Senhora da Graça, fundada em 1535 e doada em 1586 aos padres de São Bento, vem recebendo, nestes últimos anos, considerável ajuda por parte da SPHAN, para conservação e restauração de seu patrimônio, tendo sido reparados seus telhados e toda a estrutura de paredes e madeiramento de piso do primeiro pavimento do Mosteiro com mesmo nome.
No último semestre de 1980 foram concluídas as obras que visavam devolver ao salão da Igreja sua feição primitiva para que, ao serem iniciados os trabalhos de restauração previstos para este ano, as desfigurações apresentadas no imóvel já estivessem devidamente corrigidas. Neste sentido foram realizados serviços de substituição do vigamento estrutural, demolição de alvenarias e alterações do nível do solo.
O Conjunto do Mosteiro e Igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta uma das formas mais primitivas de mosteiro beneditino no Brasil. Este modelo se desenvolve com a duplicação da circulação em torno do claustro, estabelecendo-se uma separação entre a vida comunal ali desenvolvida e a vida íntima desenvolvida nas celas. O conjunto é composto de dois pavimentos em torno de um claustro quadrado, ocupando a Igreja o "quarto" esquerdo. O Mosteiro e o Colégio foram erguidos somente em 1645, sobre a planta do Frei Gregório de Magalhães, cujo claustro se mantém até hoje.

Monte Serrat

Forro da nave será agora restaurado



Arquivo SPHAN

Concluídas as obras realizadas em caráter de emergência na nave da Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat, onde ocorreu, recentemente, o desabamento de trecho do forro em forma de gamela, provocado pelo apodrecimento de peças da estrutura do telhado, que se apresentava em precário estado de conservação.
O trabalho constou de restauração total – madeiramento estrutural e telhamento – do telhado da área da nave, a desmontagem cuidadosa de seu forro, criteriosa classificação de todas as peças, incluindo molduras, cimalhas, painéis e ornatos em obra de talha, que serão objeto de uma segunda fase do projeto de restauro.
A Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat é um importante monumento do século XVII (1650-1679), de grande valor arquitetônico, histórico e artístico. O Mosteiro possui dois pavimentos. A Capela era internamente revestida de azulejos que foram retirados no início deste século. Resta apenas, na parte inferior do Coro, silhar do tipo tapete, padrão camélia de Lisboa. O seu altar-mor veio da Igreja de São Bento, sendo bela talha do século XVIII.
A Igreja, atribuída ao arquiteto italiano Baccio de Filicaya, apresenta planta semelhante às capelas rurais baianas, acrescida, neste caso, do Mosteiro.
O primitivo santuário de Nossa Senhora do Monte Serrat foi fundado em 1580, pelos senhores da Torre de Garcia D'Ávila que, em 1609 doaram o imóvel aos monges de São Bento. De 1650 a 1679 é edificado o Mosteiro, sofrendo, então, a Igreja, reforma cuja inscrição está inserida no frontispício. Em 1920 a Igreja está semi-arruinada, ocasião em que as paredes são despojadas da azulejaria e desarmados dois pequenos altares. Dez anos mais tarde outra reforma lhe repara o forro e é colocado o altar-mor oriundo de São Bento.
Em 1969, o então IPHAN, obedecendo às características originais do imóvel, devolve-lhe o alpendre. Ainda nesta ocasião foi eliminado o frontão rococó da fachada principal, devolvendo-lhe sua primitiva feição.

Novembro/Dezembro 1980

SPHAN 9

*pró*Memória

Catedral Basílica

Análise técnica dos frontais descobertos em dois altares da sacristia.



Arquivo SPHAN

Durante as obras de restauração que estão sendo realizadas na Catedral Basílica de Salvador foram encontrados dois frontais do século XVII. A análise técnica que se segue foi realizada por Francisco Portugal Guimarães e originalmente publicada em "Monumento" vol. I, número 2, da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

Apresentação

Os dois frontais descobertos na Catedral Basílica de Salvador, por trás de bancadas neo-clássicas, são elementos compositivos das bancadas originais dos altares de Nossa Senhora das Dores e do Cristo, que ornamentam e compõem o espaço da sacristia.

Estado de Conservação

Encontram-se em bom estado de conservação, com todos os seus elementos decorativos intactos, em igualdade de condições com o restante dos elementos que compõem os altares, em unidade perfeita de conservação.

Estilo

São os frontais, assim como todo o resto dos altares pertencentes ao século XVII (com execeção das pinturas dos retábulos que são do século XVIII), porém sentimos certa dificuldade em lhes precisar exatamente o estilo (talvez porque são altares em mármore), entretanto aqui salientamos em particular a sobriedade requintada dos mesmos com seus elementos decorativos de forte influência renascentista.

Material

Os frontões são confeccionados, assim como os dois altares, em mármore italiano colorido (rosa, creme e preto) com elementos decorativos de formas geométricas.

Observações:

a. Os elementos em forma de S no friso decorativo são feitos provavelmente com massa, usando-se o pó de mármore preto, em pasto, aplicada em reentrâncias creme.

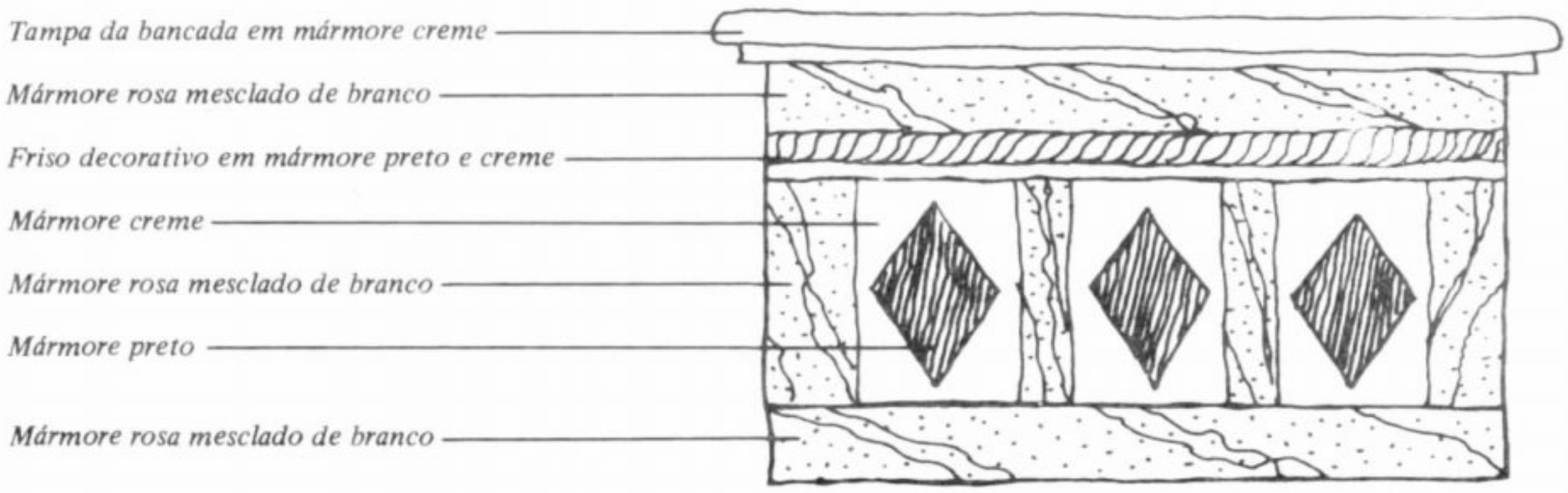
b. Os losângulos em mármore preto são encaixados e se projetam da superfície lisa do mármore creme.

Considerações Finais

Com o surgimento do neo-clássico no Brasil no século XIX, nas reformas que se processaram também nos interiores dos monumentos religiosos, somos hoje testemunhas de que mais sofrem com as transformações foram as suas obras de arte, componentes da decoração interna, ou seja, os "recheios" desses momumentos. Indiscutivelmente o recobrimento das bancadas originais dos altares da sacristia da Catedral se deu no decorrer daquele século, no auge do encantamento pelo neo-clássico, como força de expressão de um estilo que se impunha entre outras coisas pela necessidade de renovação.

Conclusão

A descoberta de dois frontões em altares da sacristia na Catedral Basílica, pode parecer inicialmente ao leigo, insignificante; porém pelo valor artístico, histórico e cultural que representa a Catedral Basílica, dentro da cultura brasileira e por se tratar de uma das mais belas sacristias do Brasil no período colonial, estamos certos ser a descoberta de relevância maior, voltando a sacristia a ter mais ainda a sua unidade de estilo e harmonia de conjunto preservados em todo seu esplendor, com a remoção das bancadas neo-clássicas que indiscutivelmente incomodavam o equilíbrio do conjunto.



5

A política de intervenção da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia foi criada em 13 de setembro de 1967 e regulamentada em 1968. Em janeiro de 1967, Salvador recebeu a visita de Michel Parent que resultou num relatório à UNESCO onde o técnico sugeria a criação de uma Fundação para cuidar do patrimônio de Salvador. Esta sugestão foi aceita e alguns meses depois foi criada a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - que, como o nome indica, tem como área de atuação todo o estado da Bahia – graças à sensibilidade do arquiteto Wladimir Alves de Souza seu primeiro Presidente da Comissão Executiva e do antropólogo Vivaldo da Costa Lima, seu primeiro Secretário-Executivo, cargo depois elevado a Diretor-Executivo, pela reforma do regimento interno, em 1973.

A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia é popularmente conhecida como "Fundação do Pelourinho" em vista de seu primeiro imóvel-sede ter se localizado no Largo do Pelourinho. Hoje localizada no Solar Ferrão, rua Gregório de Matos, 45, a Fundação do Pelourinho mantém seu trabalho restaurativo orientado pelo mesmo conceito de monumento, *adotado desde a sua criação em 1967.*

Monumento, *para a Fundação do Pelourinho, não se restringe à dimensão arquitetônica e construtiva do restauro, não se limita à* caixa física *do imóvel;* monumento *são, também, as pessoas que habitam, estudam e trabalham na área, no município, na comunidade, na qual o bem cultural móvel ou imóvel, sob intervenção restaurativa, está localizado. A Fundação do Pelourinho está interessada em manter os moradores e trabalhadores no local sob intervenção restaurativa proporcionando-lhes melhorias progressivas das condições habitacionais, educacionais e sócio-econômicas em geral. Isto para que possam fazer face ao aumento do custo da habitação resultante do processo de renovação que decorre do restauro e para que tenham condições materiais e culturais indispensáveis à conscientização acerca do patrimônio e da sua preservação através de um uso necessariamente atual e de interesse comunitário.*

Com o apoio de seus setores administrativos e burocráticos, a Fundação do Pelourinho planeja e executa, através das coordenações técnicas de Conservação e Restauração de Bens Imóveis e Móveis e de Planejamento e Pesquisa Social, de modo interdisciplinar, trabalhos de intervenção restaurativa em toda a Bahia. A restauração de um monumento requer a participação simultânea e integrada de arquitetos, restauradores, museólogos, sociólogos, historiadores e economistas.

O imóvel de número 12, no Largo do Pelourinho, foi a primeira obra de restauro realizada pela Fundação. Teve início no segundo semestre de 1969 e foi concluída em meados de 1971 para abrigar a primeira sede da entidade. Em 1972 começa a expansão para o interior da Bahia com o levantamento sócio-econômico de Cachoeira onde, na oportunidade, foi instalada a Representação Regional do Recôncavo. Esta representação fez levantamentos cadastrais em fachadas, trabalho que antecedeu as respectivas restaurações, que incluiram o prédio onde nasceu Teixeira de Freitas e que foi ocupado pelo Forum, cujo nome homenageia este ilustre baiano. Em 1974, com o início do Programa de Restauração das Cidades Históricas do Nordeste, então executado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, abriram-se as possibilidades de maior alocação de recursos e foi possível elaborar e executar projetos não só em Cachoeira, mas também em Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Porto Seguro, Santa Cruz, Cabrália, Inhambupe.

Em Salvador, a Fundação restaurou monumentos nos bairros da Federação, (o imóvel do antigo Lazareto, em 1978) e, para citar um exemplo mais recente, Quinta do Tanque, 1980. Mas seu trabalho de restauração e de promoção social e humana vem se concentrando no conjunto arquitetônico do Pelourinho, especialmente na subárea do Maciel onde estão sendo desenvolvidos programas educacionais (artesanato, educação e lazer e arte integrada), programas de mobilização e assistência comunitária, atendimento médico-odontológico e orientação à criação de associações profissionais. A dedicação mais intensa à subárea do Maciel se deve ao fato de a mesma concentrar os imóveis mais arruinados e as condições mais precárias de sobrevivência: baixos índices de instrução, desemprego, fome e subnutrição, verminose, doenças infecciosas, tuberculose, remunerações irrisórias e irregulares, insegurança trabalhista, habitação precária e carente dos mais elementares recursos higiênicos e sanitários e demais condições sócio-econômicas características de uma área de pobreza.

O restauro do Solar do Ferrão, iniciado em 1977, consagra o compromisso da política de intervenção da entidade com o conceito de monumento apresentado anteriormente. Na época em que a Fundação do Patrimônio comprou, do Centro Operário da Bahia, o Solar Ferrão, este encontrava-se ocupado por 150 pessoas reunidas em 46 famílias e dezenas de artesãos, serralheiros, marceneiros, comerciantes sob as mais precárias condições de trabalho, moradia, higiene e segurança. Desde que a Fundação do Pelourinho não colocou qualquer obstáculo à compra do imóvel assim ocupado, era de se esperar que ela indenizasse moradores e trabalhadores para ter o prédio vazio, sem demora; seria cômodo e seria econômico pois os mestres-de-obra, os operários não teriam que esperar a desocupação paulatina ou brusca do solar para que começassem a obra. Indenizá-los e esquecê-los seria cômodo, mas não seria coerente, e não seríamos coerentes.

Os moradores e trabalhadores que desejaram permanecer no Maciel foram transferidos para imóveis comprados pela Fundação num quarteirão do Maciel que se convencionou chamar 02-M. Estes imóveis lhes foram alugados, sob contrato reajustável anualmente em 20 por cento. O primeiro ano de aluguel teve o mesmo valor daquele que era pago, todo mês, ao Centro Operário, embora os imóveis do quarteirão apresentassem condições de habitação de higiene e instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias superiores àquelas sob que viviam no solar. Vizinhos antigos ou próximos continuaram vizinhos em cada prédio do quarteirão 02-M. Idosos, paraplégicos foram privilegiados com residência de acesso menos dependente de escada. Atividades comerciais foram localizadas em pontos estratégicos para facilitar o normal prosseguimento dos negócios.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA



Mª de Lourdes Castro

Cachoeira

No Estado da Bahia, depois de Salvador, é a cidade de Cachoeira a que detém os mais belos e significativos monumentos arquitetônicos do período colonial brasileiro. Além disso, possui o município a tradição de grandes festas religiosas, profanas, folclóricas, que movimentam toda a região do recôncavo bahiano. Descatam-se, entre elas, a da padroeira, Nossa Senhora do Rosário, a de Nossa Senhora da Ajuda e a mais popular e concorrida, a de São João, e a participação das filarmônicas Minerva Cachoeirana e Lira Ceciliana, fundadas há mais de dois séculos.
Dentre as festas profanas vamos encontrar grande movimentação dos cachoeirenses quanto ao samba-de-roda. ao afoxé, à capoeira, à queima de Judas e ao bumba-meu-boi, que atraem, inclusive, grande quantidade de turistas nos dias de suas apresentações.
Também ali o sincretismo religioso se faz presente com muitos adeptos: nada menos de trinta terreiros em funcionamento, cada qual ligado à sua linha, atendento aos mais diversos cultos.
Na área do artesanto, Cachoeira se apresenta rica na modelagem popular da cerâmica, encontrada na casa dos artesãos e na Fundação Dias Adorno, que desenvolve um sério trabalho na área, na escultura em madeira, na renda de bilro, nos bonecos de pano, além da pintura e da xilogravura, desenvolvida de maneira expressiva.
Sua culinária é marcantemente influenciada pelas culturas indígena e negra.
Por todos estes aspectos, Cachoeira tem atraído a atenção dos gorvenos federal e estadual para a implantação de uma infra-estrutura turística necessária à satisfação da demanda e ao estímulo do seu crescimento ordenado. Consciente da importância do turismo pelo impacto que pode propocionar tanto em termos econômicos quantos sociais na economia como um todo, pelo fato de gerar rendas, criar novos empregos, proporcionar aumento do produto bruto e das receitas tributárias e possibilitar ainda a integração da população a nível regional e nacional, mais o intercâmbio cultural entre países; considerando a importância básica do turismo como elemento capaz de reduzir substancialmente os efeitos predatórios em termos ecológicos e culturais do processo de industrialização e urbanização, a SPHAN já conta com dois projetos, de grande vulto, para dotar Cachoeira de uma infra-estrutura hoteleira digna de seu patrimônio: são a Pousada do Pai Tomaz e a Pousada do Convento do Carmo de Cachoeira.
A primeira, executada através de convênio entre o então PCH-SEPLAN-PR e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, foi concluída e inaugurada no mês passado. O prédio, situado à rua 25 de Junho, foi integralmente restaurado e teve suas funções adaptadas para comportar um hotel com dezessete apartamentos, um restaurante e uma área de exposição e venda de artesanato local.
O segundo projeto, ou seja, a Pousada do Convento do Carmo em Cachoeira, no valor de quarenta e três milhões de cruzeiros, já se encontra enquadrado, como prioritário, no Plano de Obras para o corrente ano. Sua aprovação definitiva está na dependência de acertos finais entre os órgãos convenentes, ou seja, a EMBRATUR, a BAHIATURSA, a SPHAN e o Governo do Estado da Bahia.



Mª de Lourdes Castro

O projeto de restauração da Igreja e Convento do Carmo prevê seu uso como pousada e centro de convenções.

Igreja e Casa de Oração da ordem 3a. do Carmo



Mª de Lourdes Castro



Mª de Lourdes Castro

A Igreja e Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo, de Cachoeira, construída entre 1702 e 1778, é um dos mais notáveis exemplares da arquitetura religiosa no Brasil. Merecem destaque especial suas preciosas obras de talha e azulejaria.

Concluídas, da mesma forma, as obras de emergência realizadas na Igreja e Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo, na cidade de Cachoeira, que constaram da revisão geral do entelhamento, sondagem do madeiramento pesado, a substituição de peças em estado deteriorado que ameaçavam a estrutura com risco de desabamento, o escoramento e a consolidação das demais peças, para futura substituição, o escoramento de todo o piso do pavimento superior e, finalmente, a sondagem das talhas e elementos artísticos realizadas ainda nesse semestre.

Para tanto, a equipe técnica de aprovação de projetos está, em Brasília, analisando detalhes finais do projeto, que englobará restauração completa do imóvel e seus bens móveis, já incluída como prioritária no Plano de 1981.

Azulejos do Rosário a salvo da deterioração

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário teve concluídas, no mês passado, as obras do plano de emergência de 1980, necessárias, também, em decorrência das enchentes. Ali foram feitas intervenções de drenagem nas paredes revestidas de azulejos, a limpeza e a recuperação do piso, a recomposição do passeio e a proteção das fundações, talhas e da sacristia. Com isso, o Museu das Alfaias, com precioso acervo, já voltou a abrir suas portas, depois de alguns meses interditado.



Mª de Lourdes Castro

Novembro/Dezembro 1980

SPHAN 9

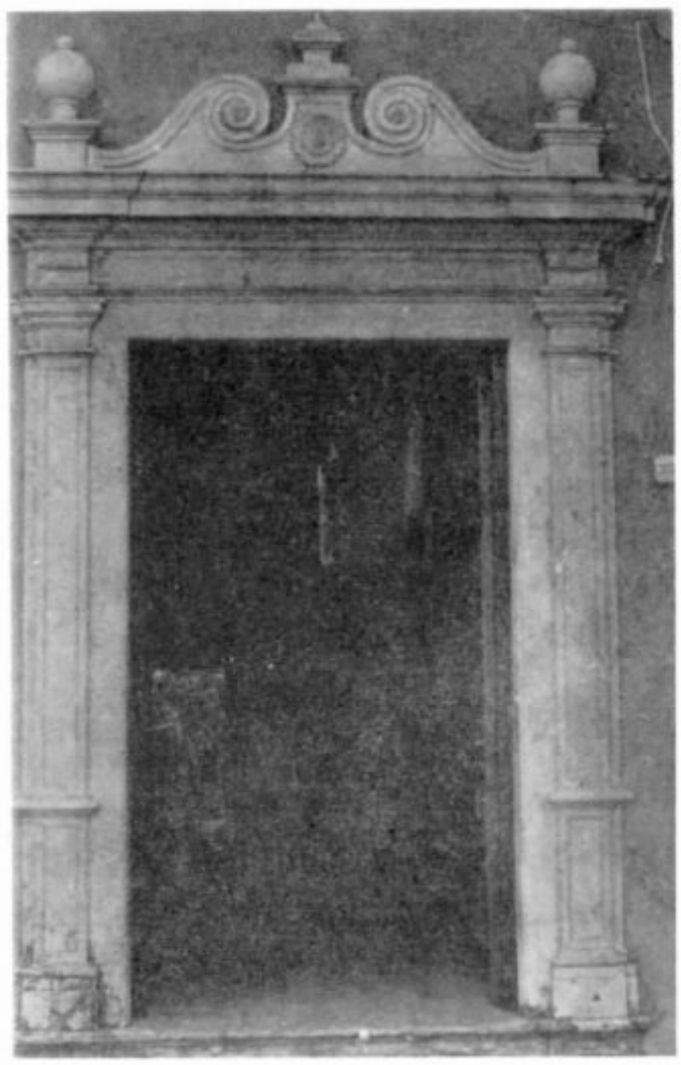
*pró*Memória

Museu regional será dinamizado

Em frente à Casa de Câmara e Cadeia, na Praça da Aclamação, está o mais belo exemplar da arquitetura civil da cidade de Cachoeira: a casa n.º 4, conhecida como Museu Regional ou Museu da SPHAN. A sua fachada, com quatro portas para a rua e outras tantas no andar superior com seus balcões de púlpito, confere ao imóvel um ar senhorial e digno. A sua porta principal, a primeira à direita, divisa um pequeno saguão e uma escada de madeira que dá acesso aos andares superiores. Antes de se chegar ao andar nobre existe um entre-piso que servia, certamente, para depósito de alimentos e objetos nos períodos de cheia do rio Paraguaçu. Este entre-piso é iluminado por seteiras que se abrem para fora e quase não são notadas do exterior. Os grandes salões do andar superior indicam a nobreza de seus proprietários, enquanto os quartos, sem luz, refletem o poder patriarcal do Brasil colonial. Da varanda, ao fundo, abrem-se as janelas que dão para o rio que, há um ano, subiu e danificou boa parte do imóvel.

A obra de restauração, causada por esta cheia, está concluída e custou à SPHAN meio milhão de cruzeiros. Ali foi realizada a revisão do entelhamento, o tratamento das sancas e beirais, a imunização do barroteamento do piso do pavimento superior, a recuperação das esquadrias, a remoção da pintura das paredes danificadas pela presença das águas, a aplicação de nova pintura.

Para este ano, o Museu Regional e a Diretoria Regional da SPHAN, com sede em Salvador, à qual está subordinado, tem planos para sua dinamização, criando ali uma série de atividades educacionais diretamente ligadas à cultura local, colocando-o, assim, a serviço da comunidade a que pertence.



Mª de Lourdes Castro

Igreja do Antigo Seminário de Nossa Senhora de Belém

Acabam de ser concluídas as obras de estabilização e restauração contratadas pela SPHAN em proveito da Igreja do Antigo Seminário de Nossa Senhora de Belém, em Belém, município de Cachoeira.

Último remenescente do Antigo Seminário de Belém, fundado em 1686, e construído, certamente , a partir das idéias expressas pelo Padre Alexandre de Gusmão em seus livros "A Escola de Belém" e "A arte de criar bem os filhos", a Igreja foi atingida por descarga elétrica nas chuvas do ano passado, sendo danificada sua sineira e seu revestimento de louça.

As obras, que custaram à SPHAN um milhão e quinhentos mil cruzeiros, compreendem recomposição das lesões nas alvenarias e estruturas de madeira, a impermeabilização da face externa dos trechos atingidos pela descarga elétrica, a recomposição do revestimento de louça nas áreas trabalhadas, dando-se soluções adequadas aos trechos em que os pratos de louça de Macau foram destruídos, a estabilização e recomposição do vão do sino voltado para a praça, reconstrução da escada de acesso ao último patamar da torre, também destruída pelo raio, verificação e proteção das fundações em volta de toda a Igreja, com a consolidação dos trechos danificados e revisão do entelhamento geral, com o grampeamento das telhas.



Mª de Lourdes Castro

Exposição comemora os 15 anos dos "Caciques"

O bloco de carnaval "Caciques do Garcia", o primeiro na Bahia a se inspirar na simbologia indígena brasileira, completou quinze anos no dia 13 de dezembro e o ponto alto das comemorações foi uma exposição montada em sua sede, a Fazenda do Garcia, em Salvador.

A exposição constou de fotografias, slides e filmes sobre as sociedades tribais brasileiras, bem como as vestimentas das figuras centrais de diversas festas populares onde a temática do índio aparece juntamente com elementos da cultura afro-brasileira. Lá estavam representados o Bumba-meu-boi, a Cavalhada, os Caboclinhos, a Congada, os Guerreiros de Alagoas, o Ticumbi e o Maracatu.

O objetivo da exposição foi propiciar ao público em geral e aos participantes de blocos de índios em especial a oportunidade de se informarem sobre as sociedades indígenas escolhidas como objeto de suas representações no ritual carnavalesco, como foi feito o ano passado com o bloco Xavante.(IPHAN 3, pg. 15).

A exposição foi promovida pela Fundação Nacional Pró-Memória juntamente com outros órgãos oficiais, mais o Centro de Estudos e Ação Social, o Centro de Pesquisa e Estudo, a ANAI-Associação Nacional de Apoio ao Índio, além do próprio bloco "Caciques do Garcia".

O povo manifesta sua identidade

Nesta entrevista, o antropólogo Olímpio Serra, Coordenador de Projetos da Fundação Nacional Pró-Memória, analisa a exposição:

Qual o sentido e o objetivo da exposição comemorativa dos quinze anos do bloco "Caciques do Garcia"?

A idéia é fazer com que este país se conheça. Achamos que as instituições que trabalham com cultura no país, uma vez que se interessam pelo povo brasileiro, devem facilitar a ele o acesso a informações corretas. O objetivo central é fazer com que camadas da população que, de algum modo, se procupam com outras realidades a ponto de tomá-las como representação em determinadas situações rituais conheçam essas realidades de um modo mais íntimo. Qualquer investigação ou pesquisa é financiada pelo povo e ele merece toda a devolução possível. É também uma oportunidade que se tem de desenvolver a busca de um aprendizado para todos nós, informar alguma coisa sobre os índios do Brasil, sobretudo aqueles que perderam sua identidade por força de repressão, pela escravidão, pelo regime de servilismo e pelo esmagamento pelo Estado, criando essa ficção de folclore quando, na verdade, são situações em que o povo tenta manifestar sua identidade e que às vezes adota sobre si a perspectiva de que é folclore. Tivemos então um quadro de elementos indígenas vivos e revividos a cada oportunidade que o bloco surge, como no caso dos caboclinhos, do bumba-meu-boi, etc.

Como surgiu a idéia da exposição?

Desde o outro carnaval a gente vinha trabalhando neste sentido. Na Semana do Índio de 1979, em Salvador, os blocos de índios promoveram e participaram de um debate sobre indigenismo, a convite do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UFBa. O encontro serviu para mostrar, de um lado, o grande interesse pelo tema, de outro, uma grave deficiência de informações sobre as formas simbólicas mais aparentes ou visíveis das sociedades tribais em causa, formas capazes de ensejar a apreensão de traços originais que enriquecessem o sistema de identidade utilizado pelos blocos. Assim, a exposição teve como base uma demanda explícitamente formulada pelos seus destinatários, a cujo empenho se deve, em primeiro lugar. Ressalte-se que os membros do bloco "Caciques do Garcia" vêm desenvolvendo há algum tempo um intenso trabalho de demanda e divulgação de informações sobre sociedades indígenas brasileiras. De nossa parte, estamos muito curiosos sobre essas coisas populares; na medida em que transcedem uma mera representação complementar ou de identidades complementares.

O que significa a expressão "identidade complementar"?

Uma das grandes brincadeiras humanas é você imitar o outro, aquele que é outro para você. Em certo sentido, na medida em que blocos de carnaval se preocupam com índios, estariam tentando refazer um outro eu, mas estamos seriamente desconfiados de que não se trata apenas disto, há uma transcendência.

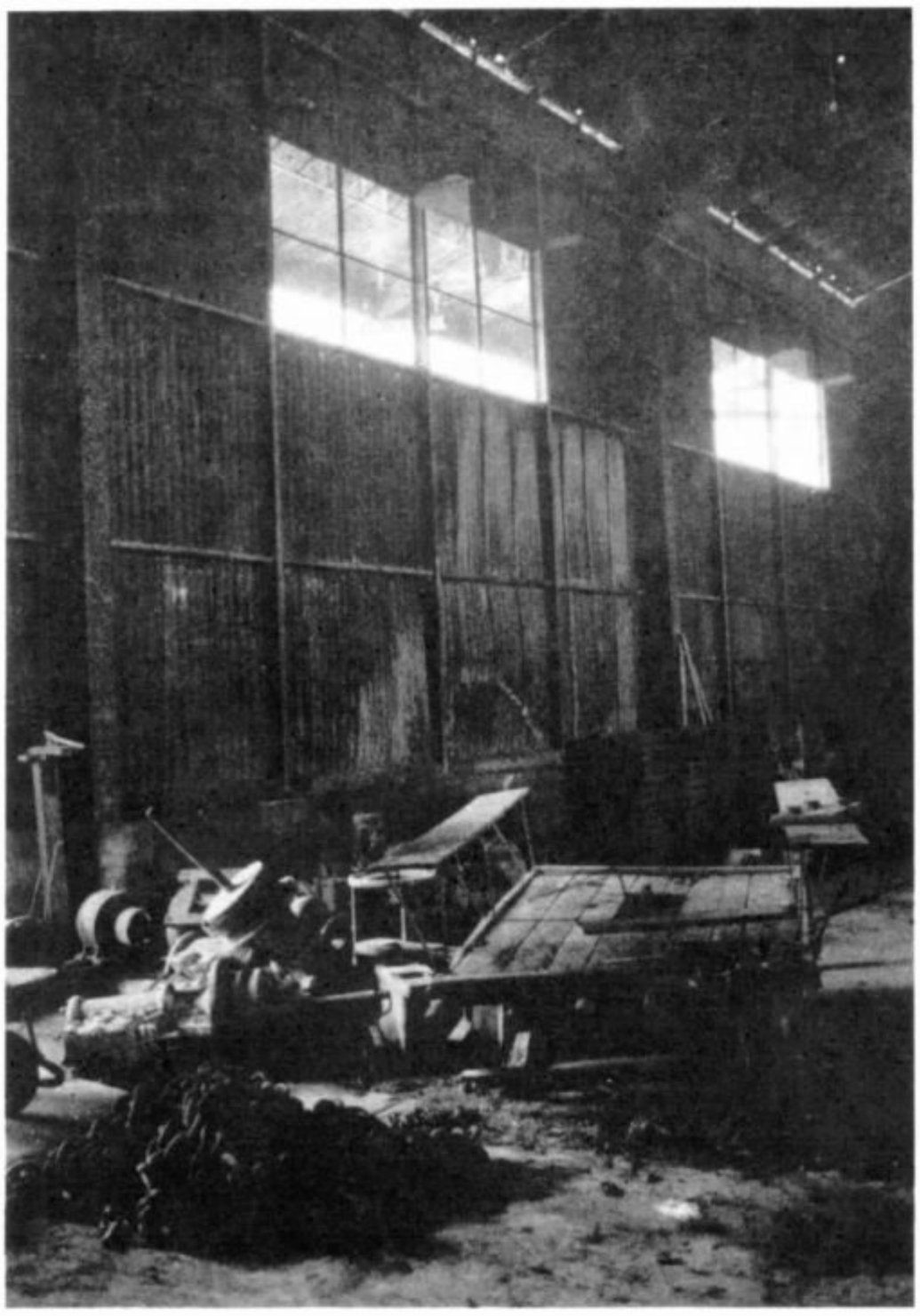
Então, no caso, por que índios?

Esses blocos surgiram de estratos sociais que constituem as populações periféricas de Salvador, uma periferia que vem sendo periférica há mais de 400 anos no Brasil. Tanto eles quanto os índios constituem a marginália deste país. A massa brasileira, na verdade, permanece marginal a tudo que ocorre quer na esfera de poder, quer na esfera de riqueza, quer na de prestígio. Pelo que respondem os participantes dos blocos, eles estão conscientes de que, uma vez estando com os índios, estão enfatizando a situação de marginalidade que é uma constante em suas vidas.

Qual a importância do bloco "Caciques do Garcia", do ponto de vista cultural?

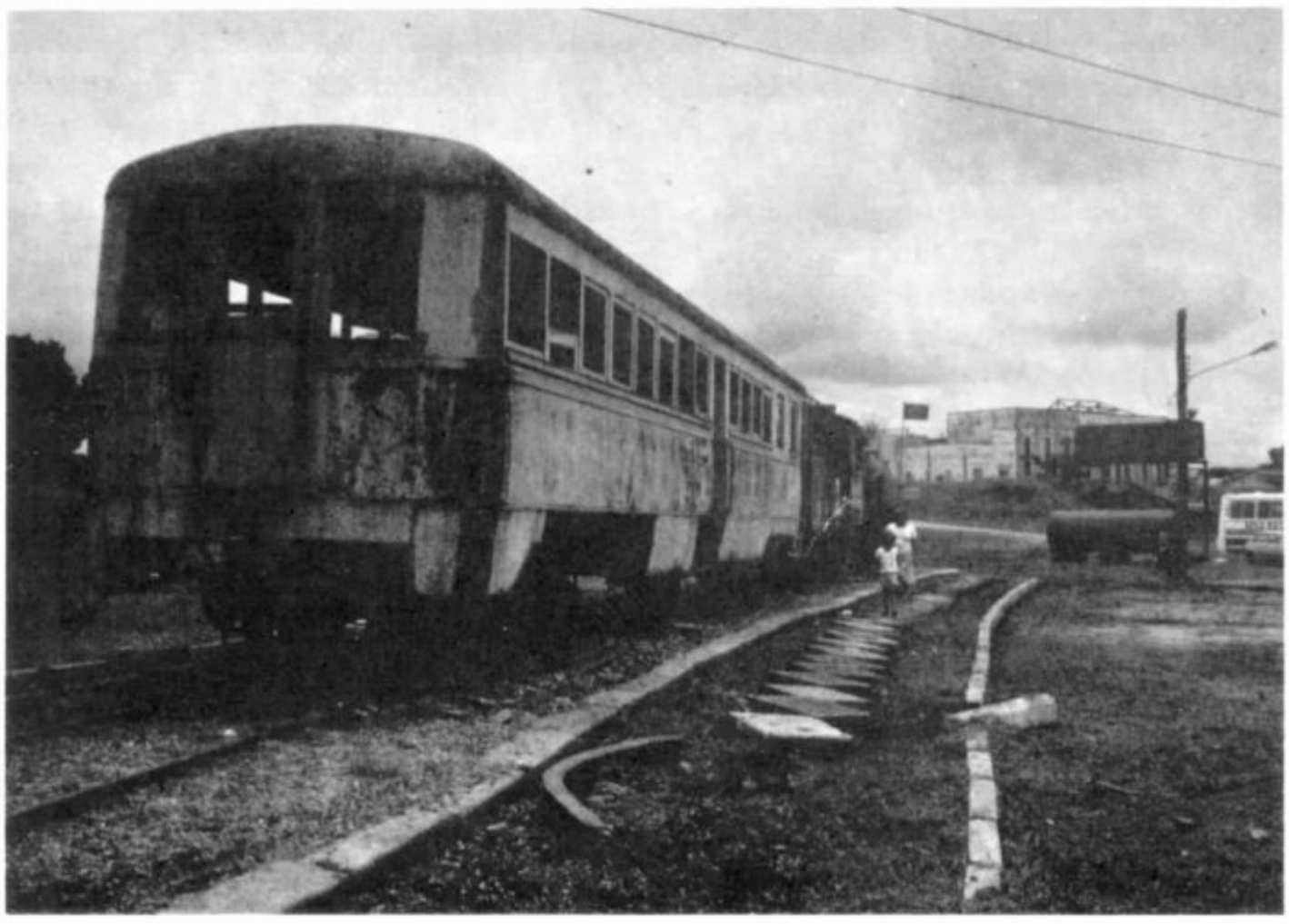
Esse bloco se destaca dos demais por ser o primeiro a buscar inspiração na informação contemporânea, passada através de jornal, rádio e televisão, para a representação da simbologia indígena no rito do carnaval, a exemplo do bloco carioca "Cacique de Ramos". Nesse sentido, os blocos "caciques" diferenciam-se dos mais antigos, os "afoxés de caboclo" inspirados na informação mais autônoma que constitui a tradição religiosa. Um e outro despertam a atenção dos antropólogos que se interessam pelo tema da representação simbólica de identidades complementares em rituais diversos, que vêm a se constituir numa das formas mais autênticas da expressão popular. Na Bahia, depois do "Cacique do Garcia" surgiram outros blocos de índios, quase todos inspirados em símbolos norte-americanos, resultado talvez da invasão cultural alienígena, que lhes proporcionava maior quantidade de informação sobre tribos norte-americanas.

MADEIRA-MAMORÉ:



José Leme Galvão

Equipamentos e instalações deteriorando desde a desativação da ferrovia, deverão ser recuperados e preservados.



José Leme Galvão

Ferroviários e comunidade pedem reativação da "ferrovia do diabo"

Numa promoção conjunta da SPHAN, através da Fundação Nacional Pró-Memória, e do Governo do Território de Rondônia, foi realizado, de 26 a 29 de novembro, na cidade de Porto Velho, o Seminário Madeira-Mamoré.

O seminário contou com a participação de dezenas de ex-ferroviários, representantes de entidades de classe locais, do Governo do Território, das prefeituras de Porto Velho e Guajará-Mirim, das administrações de localidades ao longo da estrada, do 5.º Batalhão de Engenharia e Construção, além de técnicos do CNDU, GEIPOT, SUDECO, Secretaria de Assuntos Culturais do MEC, Rede Ferroviária Federal e da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária.

Estiveram presentes ainda Fernando Claro de Campos, como representante do coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, que foi o primeiro diretor brasileiro da ferrovia, em 1931, e Manuel Rodrigues Ferreira, autor do livro **A Ferrovia do Diabo**

Nas sessões de abertura e de encerramento, o Governador do Território, Jorge Teixeira de Oliveira, garantiu todo o apoio no sentido de reativar a Madeira-Mamoré, sendo que os primeiros 25 quilômetros a partir de Porto Velho poderão estar funcionando ainda este ano, na data do cinquentenário da nacionalização, isto é, no dia 10 de julho.

RECOMENDAÇÕES

"A proteção, a recuperação e a utilização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré deverão constituir-se num processo, reunindo todo um conjunto de ações de curto, médio e longo alcance, buscando sua reintegração objetiva e ampla ao espaço físico-geográfico, econômico-social e histórico-cultural, no contexto da sua área de influência, inclusive a nível da vizinha República da Bolívia."

Assim começa o documento final aprovado pelos participantes do seminário que, antes de passar às recomendações, ressalta a decisiva importância da ferrovia para o processo de colonização e desenvolvimento de Rondônia e o legado histórico, social e cultural que ela representa.

A principal recomendação do documento é a "reativação completa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de Porto Velho a Guajará-Mirim, dentro de um plano regional integrado que vise favorecer a promoção do homem, iniciando-se pela imediata reconstrução do trecho Porto Velho ao quilômetro 25, com ramal até o Salto do Teotônio, e o trecho restante a médio prazo, levando-se em conta as condições sócio-políticas e culturais da região, bem como a viabilidade técnica e econômica do empreendimento".

Segundo o documento, a reativação completa da ferrovia deve ser considerada tendo em vista a necessidade de reintegrar as comunidades situadas ao longo da linha férrea, tais como Santo Antônio do Madeira, Rema, Teotônio, Pedra Canga, São Carlos, Caracol, Jaci-Paranã, Mutum-Paranã, Abunã, Vila Murtinho, Iata, Vila Nova e Guajará-Mirim.

Além disto, considerou-se o escoamento da produção de projetos agrícolas do vale do Guaporé e outras localidades; o transporte de gado, borracha, cassiterita e castanha da Bolívia; o transporte de castanha de Guajará-Mirim, Fortaleza do Abunã e Acre; da cassiterita e outros produtos de Mutum-Paranã, e ainda a possibilidade da ferrovia ser utilizada como transporte urbano e interurbano, além do fato de que a política nacional de transportes, diante do problema energético, recomenda a substituição de rodovias por ferrovias.

Ao lado desta recomendação, o documento prescreve diversas medidas de proteção e preservação do patrimônio da Madeira-Mamoré, "que são de caráter urgente, realizáveis a curto prazo e com baixo custo", tais como inventário geral dos bens, reintegração dos bens que estão em poder de terceiros, recolhimento sistemático de documentação e fontes de pesquisa e a proposição de planos alternativos de uso, em caráter provisório, das instalações da ferrovia para atividades culturais e educativas.

O seminário preocupou-se também em recomendar a utilização dos dispositivos legais que dispõem sobre a proteção de áreas de interesse turístico, histórico, cultural e paisagístico, além de promover o tombamento dos bens móveis e imóveis de interesse cultural, nos níveis federal, territorial e municipal.

ASSOCIAÇÃO E GRUPO TÉCNICO

Para a operacionalização das recomendações do seminário, o documento recomendou que se promovam "os entedimentos necessários à criação de um Grupo de Coordenação Técnica, com a finalidade de elaborar um programa de trabalho que implemente as recomendações, articulando os organismos diretamente ou indiretamente envolvidos bem como a comunidade, e indicando os meios necessários à execução das medidas propostas".

O grupo, segundo o documento, "deverá ser constituído de elementos representativos da comunidade e dos três níveis de governo, aproveitando sempre os elementos que participaram desse seminário e divulgando amplamente o programa de trabalho".

Entre as moções aprovadas pelo seminário encontra-se o apoio à constituição de uma Associação dos Ex-Ferroviários e Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que atualmente está sendo articulada em Porto Velho.

PROJETO E EXPOSIÇÃO

O seminário sobre a Madeira-Mamoré fez parte do projeto de preservação da memória da ferrovia que vem sendo desenvolvido pela Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/Pró-Memória 8, pg. 11) e que se iniciou pelo recolhimento de toda a documentação relativa à construção e ao funcionamento da estrada.

O interesse da Pró-Memória nasceu quando, em 1979, realizou-se uma intensa mobilização da comunidade rondoniense para impedir uma licitação que levaria todo o patrimônio da ferrovia a ser vendido como sucata.
Juntamente com o seminário foi realizada uma exposição das fotografias tiradas pelo norte-americano Dana B. Merrill, fotógrafo contratado pela companhia construtora para documentar todos os trabalhos de construção. São fotos raras, não apenas pela sua antiguidade (início do século), mas principalmente por serem um inestimável acervo documental. O projeto prevê, para breve, qua a exposição percorra toda a linha da estrada, a fim de motivar os habitantes das comunidades da região a fornecerem outras fotos ou documentos que porventura possuam, a fim de serem copiados.



A efetiva participação dos ferroviários.

Novembro/Dezembro 1980

SPHAN 9

*pró*Memória

As novas praças de Tiradentes



Praça das Mercês: hoje...



... e na concepção de Burle Marx

A população de Tiradentes vai conhecer, a partir do dia 13 de janeiro, os projetos de agenciamento paisagístico de seis praças daquela cidade histórica de Minas Gerais, que serão executados com recursos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), através de convênio firmado com a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Antes do início das obras de remodelação das praças, previsto para fevereiro, os responsáveis pelo trabalho farão uma exposição dos projetos, compreendendo plantas e perspectivas, além de fotografias que mostram o estado atual das praças, para que a população conheça os trabalhos que serão realizados. Serão expostas, também, fotografias das espécimes de árvores que serão plantadas.

A primeira etapa dos trabalhos começou no primeiro trimeste de 1980 (SPHAN nº 6,pg. 13), ocasião em que a arquiteta Lia Motta, da SPHAN, fez um levantamento da situação das praças em relação à cidade e das necessidades da população. Foram feitos, também, os levantamentos planialtimétricos, a cargo da Fundação João Pinheiro. No dia 30 de junho de 80, esses levantamentos, a documentação fotográfica e as informações sobre o uso e observações das necessidades da população foram encaminhados ao escritório do paisagista Roberto Burle Marx, que se dispôs a executar graciosamente os projetos.

Antes de começar a fazer os projetos, o paisagista Burle Marx decidiu ir a Tiradentes, para estudar no local a situação das praças, tendo permanecido na cidade de 21 a 23 de julho, acompanhado do diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN, arquiteto Augusto Silva Telles, da arquiteta Lia Motta e do engenheiro Marcelo Lustosa Caillaux, da Embratur. Na ocasião, decidiu-se que a Praça Benedito Valadares, a principal da cidade, também seria remodelada, apesar de não estar incluída no convênio SPHAN/EMBRATUR. O paisagista Burle Marx considerou de extrema importância a inclusão da praça principal, tendo em vista a necessidade de se manter a unidade paisagística do núcleo histórico.

REMODELAÇÃO

De acordo com as especificações dos projetos, são os seguintes os trabalhos a serem feitos em cada uma das seis praças:

Adro da Matriz – restauração do calçamento existente, com a substituição da área cimentada por gramados, e colocação de pedras da região. Serão plantadas buganvilea primavera, ipê amarelo e cedro. Está previsto o plantio de palmeiras imperiais ao fundo e ao lado direito da Igreja.

Praça do Chafariz – restauração do calçamento, utlizando-se pedras da região. Substituição da cerca existente hoje, de arame farpado, pelo denominado muro de moledo, formado de blocos de pedras. Será refeito o gramado e, do lado esquerdo do Chafariz, serão instalados bancos de blocos de pedra, construção típica na região. As espécies a serem plantadas são jatobá, fedegoso e guapuruvu.

Praça do Rosário – Serão definidos os caminhos existentes, com calçamento de pedras. O atual muro de placas de concreto será substituído por outro de blocos de pedra. Está previsto o plantio de grama, tamboril, cedro e a instalação de bancos.

Praça das Mercês – Será feito o calçamento dos caminhos existentes e a instalação de bancos junto às árvores existentes hoje, respeitando-se, porém, os espaços livres utilizados para jogos e brincadeiras infantis. Serão plantadas as seguintes espécies: ipê amarelo, coco babão, quaresmeira branca, mulungu,

canudo de pito, quaresmeira, palmeira imperial e ipê roxo.

Praça do Museu – Será retirado o canteiro central e remanejados os canteiros laterais. Além da instalação de bancos em frente à escola, será refeito todo o gramado e plantadas as seguintes espécies: ipê amarelo, quaresmeira branca, imbé, ipê roxo, jacarandá mimoso, canudo de pito, quaresmeira.

Praça Benedito Valadares (principal) – Nessa praça será feita a intervenção mais profunda, com a retirada dos canteiros e da área reservada hoje ao estacionamento de veículos. De acordo com o projeto, procurou-se criar uma ambientação, a patir de um desenho no chão, com diferentes tipos de pedra: sabão, ardósia e arenito. Será instalado um espelho d'água com repuxo, e uma pista de dança, além de mesas com bancos. Serão mantidas as árvores existentes e plantados imbé, quaresmeiras, jibóia, camarão vermelho, canudo de pito, maranta caeté, jasmim chumbo e sibipiruna.

Uma idéia: caracterizar a paisagem brasileira

Qual aspecto foi mais enfatizado nos projetos de agenciamento paisagístico das praças de Tiradentes?

A nossa idéia, desde o princípio, foi justamente não complicar e procurar acentuar o caráter da arquitetura. Porque em Tiradentes, a beleza o que é? É aquele terreno onde há uma arquitetura muito bonita, muito rica. Dentro da simplicidade, ela é forte, expressa muito. A idéia do jardim é que ele seja uma complementação da paisagem urbana e que se ligue com a outra paisagem, a das montanhas, que se vê ao fundo. Procuramos, porém, usar árvores da região, de maneira que com isto vamos caracterizar um pouco a paisagem brasileira. Porque é mais fácil encontrar árvores brasileiras nas gravuras de Rugendas, de Debret, do que hoje em dia, quando se vê um arquiteto indicando uma árvore: ele faz um círculo e isto representa uma árvore. Nós levamos em conta a espécie, a silhueta, a época de floração da árvore. Toda esta parte é sempre levada em conta. A idéia é sempre que a árvore, ou a palmeira que vamos plantar, não interfira na arquitetura, não deturpe o conjunto. Porque, no fundo, jardim é um pouco como esculturas: você tem que percorrer e ver nos seus diversos perfis. Às vezes, uma palmeira vista de perto fica bem, mas vista de outro ângulo pode interferir na paisagem. Tudo isto foi levado em conta.

Serão usadas apenas plantas e árvores da região?

É muito difícil encontrar no mercado material brasileiro, porque os que cultivam plantas geralmente têm o vocabulário mais banal do mundo e quase sempre de árvores exóticas, como o "ficus", o "benjamim", o "eucalipto" e certas árvores do Japão e da África. Eu gostaria de, dentro do possível, utilizar coisas que aparecem lá. Infelizmente, o nosso tempo não deu para ir até à serra, para mostar que além da paisagem urbana, existe uma outra paisagem que precisa ser conservada, que é a flora do arenito. No futuro, deveria haver um guia florístico da região, que é uma coisa muito interessante.

No projeto da Praça das Mercês está previsto o plantio de várias palmeiras junto à Igreja. Isto poderia alterar a escala da Igreja?

Nós estivemos em São João Del Rei e é impressionante como são lindas as palmeiras plantadas no jardim, feito muito posteriormente à Igreja. Elas dão proporção à Igreja de São Francisco. Então, eu acho que absolutamente não interfere. Mesmo porque o que plantamos não é sempre a palmeira imperial. Muitas vezes é o palmito, a carnaúba.

Ao projetar os jardins foi considerada a dificuldade de manutenção? Há possibilidade da sua equipe dar alguma orientação aos jardineiros?

Acho que a manutenção será muito mais fácil, pois não teremos plantinhas que a toda hora precisam ser podadas. Agora, dificuldades existem. Por exemplo: na minha casa, onde tenho plantas muito bonitas, às vezes peço ao jardineiro para limpar o jardim e ele começa a cortar as plantas, as folha verdes. Então, eu pergunto por quê e ele argumenta dizendo que estava muito cheio. Ora, mas é isto que eu quero. Que ele tire as folhas velhas, mas não as que estão cheias de vida. Por isto acho que precisa haver um jardineiro que seja orientado naquilo que nós queremos dizer através das plantas. Nós queremos orientar os jardineiros. Estas pequenas cidades precisam ter um pequeno horto, que pudesse suprir as necessidades do lugar. No jardim da Igreja da Matriz, por exemplo, a idéia que tivemos foi plantar uma buganvilea, que tem um tom alaranjado e é uma coisa muito bonita. E não precisa cortar.

A utilização atual das praças foi respeitada?

Foi respeitada e isto é muito importante. Por exemplo, na praça central da cidade: se eu coloco bancos, dou um certo conforto, as pessoas terão prazer de estar lá. Agora, se elimino todos os bancos, se eu proíbo que se pise nos gramados, chega um momento em que as pessoas não têm mais prazer de estar nas praças, vem a reação e aí o pessoal destrói. Então, a idéia é de que os gramados sejam utilizados. Não vamos fazer um caminho para cada casa. É preferível deixar aparecer naturalmente um caminho, dentro da idéia de não perturbar a vida cotidiana da cidade. O que nós temos que ver é se conseguimos logo algumas árvores maiores, para não plantar mudas muito pequenas, porque a tendência, com mudas pequenas, é quebrar, estragar. Mas se usarmos árvores com dois, três metros, fazendo uma boa cova, já há um respeito maior. É preciso proteção durante o primeiro período, regar diariamente, até que a planta emita raízes e possa viver por ela mesma.

Pintar de branco os troncos das árvores tem alguma finalidade?

Eu detesto isto. Isto nasceu nos vinhedos da França, depois de uma praga violenta. Muita gente ficou achando que era uma maneira de proteger as árvores de certas pragas. Depois, deixou de ter esta função e passou a ter uma função estética. Pintar as árvores não tem o menor sentido. Se há uma praga qualquer, existem diversas outras medidas a serem tomadas, que não implicam numa cor que chame a atenção. Há inseticidas sistêmicos que, regando, são absorvidos pelas raízes e matam as pragas. Quando eu vejo uma árvore pintada de branco, quando eu vejo um cartaz colado em árvore, quando vejo pregos nos troncos, tudo isto me revolta. Porque eu acho que nós que temos uma profissão, e temos consciência dessa profissão, temos que induzir as pessoas que não têm essa consciência a compreender o que é o patrimônio de uma cidade, de um país.

Ex-Votos de Congonhas entre os novos tombamentos.

O Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua última reunião de 1980, realizada no dia 9 de dezembro, no Rio de Janeiro, aprovou oito novos tombamentos, entre os quais a coleção de ex-votos pertencente ao Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, na cidade mineira de Congonhas do Campo.

A coleção é formada por 89 ex-votos pintados, dos quais 40 foram adquiridos de um particular, pelo Banco do Brasil, com a interveniência do Centro Nacional de Referência Cultural, com a finalidade de serem reintegrados ao conjunto dos ex-votos remanescentes no Santuário. Entre os sete outros tombamentos aprovados pelo Conselho consta o conjunto arquitetônico de Manguinhos, no Rio de Janeiro, sede do Instituto Oswaldo Cruz.

A REUNIÃO

A 94.ª reunião ordinária do Conselho Consultivo da SPHAN foi realizada sob a presidência do professor Aloísio Magalhães e com a presença dos seguintes conselheiros: Edson Motta, diretor do Museu Nacional de Belas Artes; Américo Jacobina Lacombe, presidente da Fundação Casa Rui Barbosa; Geraldo Britto Raposo da Câmara, diretor do Museu Histórico Nacional; Lourenço Luiz Lacombe, diretor do Museu Imperial; Leda Dau, do Museu Nacional; Pedro Calmon, José Mindlin, Gilberto Ferrez e Max Justo Guedes. Não puderam estar presentes os conselheiros Luiz Emigdio de Mello Franco Filho, Paulo Ferreira Santos, Alfredo Galvão, Afonso Arinos de Mello Franco e Ciro Ilidio Correia de Oliveira Lyra.

Ao iniciar a reunião, o professor Aloísio Magalhães comunicou aos demais conselheiros que o Ministro da Educação e Cultura havia homologado os seguintes tombamentos aprovados anteriormente pelo Conselho: conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Mucugê, na Bahia; prédio da Faculdade de Direito, no Recife; Igreja de São José do Ribamar, também no Recife. Informou ainda que, para evitar maior defasagem de tempo entre a aprovação e a homologação dos tombamentos, os processos, tão logo aprovados, são encaminhados imediatamente ao Ministro da Educação e Cultura, que os tem aprecidado no mais breve tempo possível, permitindo assim que os tombamentos aprovados estejam absolutamente em dia no que diz respeito à homologação.

NOVOS TOMBAMENTOS

O primeiro processo apreciado foi o que propunha o tombamento do **prédio dos Correios e Telégrafos** da cidade de Porto Alegre. De acordo com o parecer do relator, conselheiro Gilberto Ferrez, trata-se de "prédio monumental de autoria do engenheiro Rodolfo Ahrons, construído entre 1910/1914. Edificação típica da época, em estilo eclético da imigração germânica, que ocupa toda uma quadra na praça da Alfândega". O relator esclarece ainda que "o edifício, próprio da União, não pode ser tombado pelo município ou estado, mas tão somente a nível federal. Daí a própria prefeitura da cidade estar interessada na sua proteção pela SPHAN, para não permitir que ali, num futuro próximo, surja no seu lugar mais um espigão que desfiguraria irremediavelmente o conjunto atualmente protegido pela municipalidade, que desviou o tráfego de veículos para seu maior realce". O voto favorável do relator foi aprovado por todos os conselheiros presentes.

Em seguida, o conselheiro Gilberto Ferrez relatou o processo de tombamento da **casa de fazenda Cachoeira do Taepé**, em Surubim, no agreste de Pernambuco. Na opinião de Gilberto Ferrez, "essa casa é um verdadeiro milagre -- o de um exemplar típico da arquitetura rural do século XVII no agreste de Pernambuco, que parece sair das célebres telas de Franz Post. É uma construção típica de pau-a-pique que está em perfeito estado de conservação e habitada. Planta regular com cobertura de duas águas, com varandinha balanceada na frente, entre as duas escadas laterais que dão acesso". Também nesse processo o voto favorável do relator foi acompanhado pela unanimidade dos presentes.

O conselheiro Pedro Calmon relatou, a seguir, o processo de tombamento do acervo paisagístico do município de **Santa Cruz de Cabrália**, na Bahia. Em seu parecer, o relator afirma: "somos obviamente favoráveis à medida. O advérbio justifica-se, pela razão nacional, do interesse que tem o ambiente para o sentimento e a emoção dos brasileiros e, pelo motivo mais restrito, da defesa do que resta do passado nesse remoto lugar, como a antiga Casa de Câmara e Cadeia e a igreja Matriz. Não se deu ainda em Santa Cruz a invasão do 'progresso', em forma de deformação agressiva do que a cidade conserva de histórico e humilde. É tempo, portanto, (agora ou nunca) de agir a SPHAN para preservar o que pode ser restaurado e manter o admirável acervo paisagístico, que recordará às gerações futuras o cenário do Descobrimento".

O outro processo relatado pelo conselheiro Pedro Calmon refere-se ao tombamento do **palacete de Amado Bahia**, no Porto dos Tainheiros, Bahia. De acordo com o parecer, trata-se de "construção da última década do século XIX (1895), que tem para a arquitetura brasileira a importância de um documento, já raro no país, da construção metálica – generalizada depois da exposição de Londres de 1851". Depois de descrever as características do imóvel, o relator afirma: "quanto à mobília, da mesma época, que ainda resta nesta formosa residência, a nosso juízo nela deverá ficar, completando-lhe a fisionomia quase secular". Ambos os processos relatados pelo conselheiro Pedro Calmon foram aprovados por unanimidade.

Não tendo podido comparecer à reunião por motivos de saúde, o conselheiro Paulo Ferreira Santos, no entanto, encaminhou o seu parecer favorável ao tombamento do conjunto arquitetônico de **Manguinhos**, no Rio de Janeiro, sede da Fundação Oswaldo Cruz. Nele, o relator afirma que o conjunto "atesta a liberdade estilística a que conduziu, no Rio de Janeiro, o ecletismo, constituindo-se, desse ponto de vista, documento de valor didático inestimável para as novas gerações". Também esse processo foi aprovado por unanimidade.

Coube ao conselheiro Max Justo Guedes relatar o processo de tombamento da **Igreja de Nossa Senhora dos Remédios**, localizada na ilha de fernando de Noronha. Após referir-se às modificações feitas na Igreja, o relator afirma: "tais modificações, em minha opinião, não invalidam o valor arquitetônico da Igreja, que deve ser tombada não só por ele mas, muito especialmente pela tradição que possui, inclusive por ser o orago da principal fortaleza da ilha". O voto do relator recebeu aprovação unânime do Conselho.

O processo de tombamento do **Sítio Santo Antônio da Alegria**, também conhecido como Sítio do Físico, em São Luis do Maranhão, foi relatado pelo conselheiro José Mindlin. De acordo com o parecer, "trata-se de um sítio de inegável interesse histórico e arqueológico, e provavelmente arquitetônico, onde se localizou, em fins do século XVIII ou princípios do século XIX, uma indústria de beneficiamento de couro e arroz e de fabricação de cera e cal, uma das primeiras, senão a primeira, do gênero no Brasil". Ao votar favoravelmente pelo tombamento, no que foi acompanhado pela unanimidade do Conselho, o relator recomendou que "não se deve dispensar a continuação das pesquisas já realizadas e o estabelecimento de um plano de utilização do sítio, quer como campo de estudos da universidade, quer como centro cultural e museu industrial".

Por fim, o processo de tombamento da coleção de **ex-votos de Congonhas do Campo** foi relatado pelo conselheiro Edson Motta que, ao votar favorávelmente, relacionou as seguintes razões: 1) para fazê-los permanecer no tempo; 2) para evitar a interferência de terceiros, interessados em seus valores venais; 3) para evitar que o governo resgate a altos custos o retorno das obras ao local ao qual legitimamente pertencem; 4) para preservá-los; 5) para salvar o testemunho de uma época não infestada pelo comercialismo dos "milagres".

São Miguel

Exames revelam situação das ruínas

Os primeiros resultados dos exames que estão sendo feitos para verificar a situação das ruínas jesuísticas de São Miguel das Missões revelaram que, ao contrário da hipótese anterior, não ocorreu movimentação recente na frontaria da igreja. Os resultados indicaram que o desaprumo atual é da mesma ordem de grandeza do verficicado em 1968, ou seja, cerca de 0,60 metros.

O professor Roberto Di Stefano, consultor da UNESCO, voltou a inspecionar os trabalhos preliminares para consolidação das ruínas, tendo decidido, juntamente com técnicos da SPHAN, que não é necessário fazer o escoramento previsto quando de sua primeira visita ao local, em agosto passado (SPHAN 7 pg. 9). No entanto, todos os outros exames e análises previstos anteriormente continuarão a ser feitos, já tendo sido contratada a firma Aero-Sul para executar o levantamento fotogramétrico da fachada principal.

ANTECEDENTES

Na primeira visita que fez às ruínas de São Miguel, atendendo a uma solicitação da SPHAN à UNESCO, o professor Roberto Di Stefano, em comum acordo com os técnicos da Secretaria, recomendou a realização de numerosos exames e análises que permitiriam a definição de um diagnóstico e o consequente projeto executivo de proteção.

Na ocasião, supunha-se que a frontaria da Igreja estava se movimentando, tendo sido, inclusive, recomendado o escoramento da fachada principal, que parecia ameaçada de desabar. Após os primeiros exames, no entanto, verificou-se que o desaprumo mantinha-se inalterável, tornando desnecessário o escoramento imediato.

GRAVIDADE

A segunda visita do professor Di Stefano ao local ocorreu entre os dias 15 e 16 de novembro e, com base nos estudos já realizados, verificou-se que há pontos de desagregação, de maneira geral, em todo o monumento. Constatou-se, ainda, que a situação mais grave está na torre de igreja, que em 1938 teve uma de suas metades desmontadas pelo arquiteto Lucas Mayerhoffer, que depois a remontou na posição certa.

Essa metade da torre que foi desmontada e remontada é exatamente a que está em situação grave, pois inclina-se para dentro da igreja. De acordo com o Termo de Referência firmado após a segunda visita "constatou-se que as condições gerais do monumento, particularmente as da torre, denotam processo continuado de degradação, verificado pela ruptura e quedas de pedras, danos decorrentes do crescimento da vegetação, mutilação de pedras pelos visitantes, etc. Constatou-se, também, que a ambiência do monumento está perturbada por equipamentos destinados a espetáculo de som e luz agenciados de maneira inadequada e cuja permanência dificultará sobremaneira o andamento dos serviços".

Quanto aos exames solicitados anteriormente, já foram iniciados os de levantamento gráfico do monumento e, além da contratação dos serviços de levantamento fotogramétrico da fachada principal, foram contratados à Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul os serviços de análise dos materiais constitutivos dos maciços das paredes.

Diversos outros exames não puderam ainda ser iniciados, pois dependem dos resultados finais dos que estão sendo realizados. Ao concluir o Termo de Referência, o professor Di Stefano sugere às autoridades responsáveis que agilizem as providências de caráter técnico, administrativo e financeiro capazes de levarem à elaboração final do plano geral de restauro e de valorização do monumento no mais breve prazo possível. Coloca-se, também, à disposição das autoridades brasileiras para retornar a São Miguel tão logo seja considerado oportuno.

CONCURSO DE PIPAS NO PARQUE GUARARAPES

Com patrocínio da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, do governo estadual de Pernambuco, através da EMPETUR – Empresa Pernambucana de Turismo, e com a cooperação da 3ª Diretoria Regional da SPHAN, realizou-se no Parque Histórico Nacional dos Guararapes um movimentado concurso de papagaios ou pipas.

Um papagaio de apenas quatro centímetros e outro de quatro metros e oito centímetros foram os premiados nas classes de menor e maior papagaios, respectivamente. Paulo Santa de Lima e Francisco de Assis Prazeres foram os vencedores.

A pipa mais original foi a de autoria de Ademir de Moura Costa, que conseguiu o prêmio de quatro mil cruzeiros, enquanto Sílvio Pessoa Cavalcanti alcançou o maior prêmio da promoção – seis mil cruzeiros – com o papagaio mais bonito.

Ao todo foram distribuídos 26 mil cruzeiros aos participantes classificados no concurso, que tem por objetivo manter uma tradição e ao mesmo tempo incentivar a criatividade.

PRÓ-MEMÓRIA DÁ INÍCIO AO MAPEAMENTO DO ARTESANATO

A Fundação Nacional Pró-Memória está desenvolvendo um projeto de Mapeamento do Artesanato Brasileiro, com vistas a proporcionar um registro das ocorrências das diversas manifestações artesanais, vinculado às regiões onde elas se verificam e às populações que detêm estes fazeres. O projeto objetiva ainda colocar disponível para o público a bibliografia existente sobre o assunto e produzir uma série de estudos sobre situações específicas do artesanato.

É ainda intenção do projeto apresentar um referenciamento compreensivo do artesanato brasileiro, de modo a considerar o complexo contexto em que este é produzido, de maneira suficientemente ampla que possa proporcionar uma reflexão sobre o Artesanato Brasileiro e sua interação com os diversos segmentos sociais direta ou indiretamente envolvidos com ele.

O projeto deverá se desenvolver regionalmente, com equipes nos diversos estados, coordenados por uma equipe central localizada em Brasília. Neste sentido, a Pró-Memória já realizou dois encontros regionais, reunindo entidades que se ocupam do artesanato a nível de cada estado. O primeiro foi em Ouro Preto, nos últimos dias de setembro passado e o segundo em Salvador, em outubro.

O encontro de Ouro Preto reuniu 24 instituições, cinco das quais de abrangência nacional. Os debates demonstraram a existência, em Minas Gerais, de diversos registros de ocorrências (cadastro de artesãos, mapeamentos), que estão dispersos e foram realizados de forma independente pelos participantes do encontro. Espera-se, assim, que este encontro proporcione, pelo menos, um pré-mapeamento do artesanato mineiro, como passo inicial para um mapeamento segundo os objetivos do projeto.

A constatação desta duplicação de esforços originou também um programa de intercâmbio de experiências e informações a ser coordenado pelo Projeto Ouro Preto da SPHAN-Pró-Memória, Universidade Federal de Ouro Preto e Prefeitura Municipal. Este intercâmbio fornecerá também um mecanismo de atualização dos registros de ocorrências que vierem a ser incorporados ao mapeamento.

Em Salvador, mais do que um encontro de entidades regionais voltadas para o artesanato baiano, procurou-se intercâmbio com as experiências da equipe encarregada do Projeto de Mapeamento, Estudo e Documentação do Artesanato Baiano – MAPA –, cujos integrantes pertencem às seguintes instituições: Fundação Centro de Pesquisa e Estudo, da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; Fundação Cultural do Estado da Bahia, da Secretaria de Educação e Cultura; Coordenação de Fomento ao Artesanato e Instituto Visconde de Mauá, ambos ligados à Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social.

Por esta diversidade de instituições e também pelas diferentes origens profissionais dos integrantes da equipe, o Projeto MAPA deverá oferecer ainda uma característica positiva, qual seja a possibilidade do desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, a ser naturalmente incoporado pelos participantes e suas instituições.

Além destes dois encontros específicos, a equipe de Brasília acompanhou também algumas feiras de artesanato realizadas em diferentes cidades, além de ter participado do I Simpósio Nacional do Artesanato Brasileiro e da I Feira Nacional do Artesanato Brasileiro, coordenados pelo PNDA – Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, no Rio de Janeiro, em setembro passado.

Os resultados até agora obtidos, em menos de seis meses de trabalho, constituem-se nos passos iniciais de uma proposta de mapeamento e estudo do artesanato brasileiro suficientemente abrangente e flexível, que proponha novos rumos para a compreensão de parcela considerável da cultura nacional.

MEMÓRIA DE JOINVILLE TERÁ EXPOSIÇÃO EM MARÇO

O Museu de Arte de Joinville, associando-se às comemorações do 130º aniversário da cidade, programou para o mês de março de 81 uma grande exposição de fotografias, intitulada "'Memória de Joinville". Se você tem em casa fotos que caracterizam uma época, que mostrem como vestiam seus avós, como eram as paradas militares, as procissões, os esportes, o aspecto visual da cidade, envie-as ao Museu de Arte de Joinville, Rua 15 de Novembro, 1400 – 89.200 – Joinvile – SC. Terminada a exposição sua foto será devolvida.

A exposição tem como proposta cadastrar toda a documentação fotográfica reunida, para servir de fonte de referência a futuros levantamentos históricos, iconográficos e com isto conscientizar a população sobre a necessidade da memória da cidade ser preservada por seus habitantes.

PRESERVAÇÃO NA ALEMANHA

Mais de 40 técnicos de diversos Estados estiveram reunidos em Brasília no período de 1º a 5 de dezembro, participando do Seminário sobre a Experiência Alemã no Campo da Preservação de Núcleos Históricos, organizado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória e Conselho Nacional de Política Urbana.

Durante cinco dias, os técnicos Edgard Heidock, da Repartição de Planejamento Urbano de Wiesbaden, e Gottfried Kiesow, Conservador Geral do Estado de Hessen, relataram para os técnicos brasileiros as experiências da Alemanha Ocidental na área da preservação e conheceram alguns dos trabalhos desenvolvidos no Brasil em área idêntica.

O Seminário, realizado na sede da SPHAN/Pró-Memória, teve em seu programa os seguintes itens: histórico da preservação de monumentos e justificativa de suas tarefas atuais; o conceito de monumento da atualidade; bases legais da preservação de monumentos; a preservação de monumentos como parte do urbanismo; fundamentos para o manejo de monumentos; pesquisas científicas; possibilidades de fomento financeiro e tributário.

Além de técnicos e dirigentes da SPHAN /Pró-Memória, participaram representantes dos seguintes órgãos e entidades: Centro de Preservação de Sítios Históricos de Olinda; Banco Nacional de Habitação (Carteira de Desenvolvimento Urbano); Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Secretaria de Planejamento de Minas Gerais; Empresa Brasileira de Transportes Urbanos; Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes; Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Inventário de Proteção do Acervo Cultural; Empresa de Urbanização do Recife; Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife; Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco.

Além das palestras dos técnicos da Alemanha, os participantes ouviram outros relatos feitos por Augusto Carlos da Silva Telles (Posicionamento da Política de Preservação de Bens Culturais do Brasil), de Paulo Roberto de Barros e Silva (Experiência Municipal do Planejamento urbano – caso do Recife) e Maurício Nogueira (Regiões Metropolitanas e Áreas Especiais).

ÓRGÃOS DE CULTURA DO MARANHÃO FIRMAM PROCOLO DE INTENÇÕES

Nove instituições oficiais, de diferentes níveis, assinaram um Protocolo de Intenções através do qual se comprometem a compatibilizar seus programas de ações culturais no estado do Maranhão, a fim de obter um maior grau de racionalização, evitando superposição de eventos e desperdício de tempo e recursos.

As instituições signatárias do documento são a Delegacia Estadual do MEC, a Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, a Universidade Federal do Maranhão, as secretarias estaduais de Desportos e Lazer e a de Educação, a Secretaria de Educação e Ação Comunitária do município de São Luís, a Fundação Cultural do Maranhão e a Empresa Maranhense de Turismo.

Através do Protocolo as instituições "manifestam ainda sua disposição de participarem nas programações de eventos umas das outras, como entidades colaboradoras ou co-promotoras, perseguindo sempre a idéia de obterem maior participação de todas, de modo a alcançarem a minimização de custos, maior mobilização da comunidade e um perfeito entendimento pela divisão da responsabilidade e pelos resultados desses trabalhos que serão de êxito comum".

Como consequência da assinatura do Protocolo de Intenções, uma primeira promoção já foi realizada, entre os dias 3 e 9 de novembro passado: a Semana da Cultura, destinada a divulgar a cultura maranhense através de suas principais manifestações.

A Semana constou de palestras, apresentações de corais, grupos teatrais, lançamentos de livros, exposição fotográfica, salão de artes plásticas e concursos de redação, para alunos do 2º grau, e de desenho e pintura, para os do 1º grau.



A 2ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória e a Secretaria de Desportos e Lazer do Estado do Maranhão promoveram a realização de mais uma Rua do Lazer, dentro da idéia de envolver a comunidade no trabalho de preservação e revitalização do patrimônio cultural, tendo como alvo principal a criança. O evento foi nas ruas da Estrela e do Trapiche, na Praia Grande, centro do núcleo histórico da capital maranhense.

Novembro/Dezembro 1980

SPHAN 9

*pró*Memória

Turmas Volantes: uma experiência em conservação

A questão da conservação periódica de prédios e monumentos tombados, que sempre provoca debates sobre como e a quem cabe fazê-la, é analisada nesta entrevista pelo técnico José Ferrão Castelo Branco, da 3ª Diretoria Regional da SPHAN, com sede no Recife. Com base na sua experiência de cerca de 40 anos no trato com os problemas de restauração e conservação de bens arquitetônicos, José Ferrão descreve o trabalho que durante mais de 15 anos foi desenvolvido pela 3ª Diretoria em Estados do Nordeste, através das denominadas Turmas Volantes de Conservação, idealizadas e orientadas pelo Diretor da 3ª DR, professor Ayrton de Almeida Carvalho.

Sem negar a validade da política adotada nos últimos anos, e cada vez mais enfatizada, de que ninguém melhor do que a comunidade para cuidar e conservar seus bens culturais, José Ferrão, ao considerar como válida a adoção e disseminação dessa política, reporta-se a alguns fatos que merecem ser considerados. Ele lembra, por exemplo, que o próprio dia-a-dia do trabalho nas instituições encarregadas da proteção aos bens culturais, pode ser grandemente beneficiado com a criação das Turmas Volantes de Conservação, principalmente nas regiões mais carentes de recursos técnicos e financeiros e nos casos dos monumentos representativos da arquitetura religiosa. Na sua opinião, o caso das igrejas localizadas em cidades do interior do Nordeste é bastante ilustrativo para demonstrar a necessidade de adoção de um sistema de conservação periódica, porque muitas vezes as comunidades desejam cuidar de seus bens, mas não têm como fazê-lo devido à precariedade de recursos e equipamentos.

O que já foi feito, no âmbito da 3ª Diretoria Regional da SPHAN, para garantir a conservação periódica dos monumentos tombados?

Em 1952 foi criado no então Primeiro Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma Turma Volante de Conservação, que foi uma iniciativa muito bem esquematizada, idealizada e orientada pelo professor Ayrton de Almeida Carvalho, então Chefe do Distrito e hoje Diretor Regional da 3ª DR. Essa turma era constituída de sete operários, um mestre carpina, um mestre pedreiro e um motorista. Todos eles eram empregados de uma firma privada, que era então contratada pelo Patrimônio, a quem cabia, também, a orientação técnica. Eles saiam do Recife em um caminhão, com todo o material necessário aos trabalhos de conservação, preparados, portanto, para passar um longo período viajando, a começar de Alagoas até o Rio Grande do Norte, área de abrangência do então Primeiro Distrito. O encarregado era o motorista, geralmente um sujeito mais hábil, que escrevia com uma letra melhor, etc. Uma parte do salário, que cada um determinasse, era entregue a seus familiares, toda sexta-feira. O restante era pago pelo motorista no canteiro da obra. Eles chegavam a uma determinada cidade e, por medida de economia e facilidade de trabalho, escolhiam uma igreja onde pudesse ser instalado o canteiro de obras. Ali eles se situavam, dormiam, cozinhavam, porque no próprio caminhão iam o fogão, os bujões de gás. Faziam, então, a limpeza dos beirais, do intradorso da cobertura, a imunização de todas as peças. Quando fosse o caso, faziam um escoramento provisório para evitar desabamentos iminentes e já traziam para a repartição todas as informações do que se encontrava estragado na estrutura do forro, na estrutura da cobertura, etc. Enfim, nós ficávamos com elementos até mesmo para preparar orçamentos. Infelizmente, a partir de 1969/1970, por falta de recursos financeiros, não pudemos manter mais essas Turmas de Conservação.

Considerando-se que grande parte dos monumentos tombados no Nordeste é formada por Igrejas e que a maioria delas pertence a Irmandades, quase sempre sem recursos, é válido o raciocínio de que, a médio e longo prazos, o trabalho das Turmas de Conservação pode significar uma economia nos gastos em obras de restauração?

Não tenho a menor dúvida. E dou um exemplo, a Igreja e o Convento do Carmo, aqui no Recife. Eu não acredito que em um Convento como esse, a comunidade Carmelita, que hoje é constituída de apenas sete padres, que ela tenha condições de manter um grupo de operários, com o valor atual dos salários, para conservar a Igreja e esse Convento imenso. É realmente muito dispendioso e nunca houve esse interesse da parte da comunidade, especialmente quando se trata de monumento tombado. Sempre que um monumento é tombado, as Irmandades tomaram distância, não quiseram saber de sua conservação, pois mais hoje, mais amanhã, há o interesse do órgão em não deixar o monumento desaparecer. Outro exemplo: nos meses de janeiro e fevereiro não há meio de se pensar em orçamento. O orçamento geralmente é pensado como um todo, considerando-se todos os monumentos. Mas aí surge uma grande goteira em um rincão, em um espigão de uma Igreja e vem molhar as peças do interior, atingindo até o assoalho. Quer dizer, se não se tem uma Turma de Conservação que possa atender a pequenos reparos, então, um ano depois, quando se terá o orçamento, não vai se reparar apenas a telha que se estragou, a telha do rincão que se quebrou. Teremos que substituir tudo e será um trabalho imenso. Porque aí, foi-se a peça do rincão, a trave, perderam-se os caibros, perdeu-se parte do assoalho e, em muitos casos, ocorre, às vezes, que atinge armários, imaginária. Enfim, a Turma Volante pode evitar esse tipo de trabalho, além de facilitar a preparação dos orçamentos. Porque se há uma Turma Volante que possa informar a existência de tantas tesouras estragadas, que a tesoura é do tipo canga de porco, ou é caibro armado, ou que existem tantos tirantes de madeira estragados, enfim, é muito mais fácil, a partir dessas informações,

fazer o trabalho, pois a limpeza do local já foi feita e será muito mais fácil o acesso de um técnico. Quer dizer, isto traria uma economia anual muito grande, julgo eu.

Na sua opinião, há algum tipo de trabalho que possa ser feito para convencer a essas Irmandades a cuidarem da conservação das igrejas tombadas?

Acho difícil e nós temos um caso recente: a Igreja de Santo Antônio, também no Recife. Há cinco anos solicitamos da Companhia de Eletricidade que fizesse um exame na instalação elétrica que estava precaríssima. Foi fornecido, então, um documento para a Diretoria Regional informando sobre a situação, pois a qualquer momento a Igreja poderia incendiar. Mas não era apenas a parte elétrica: toda a estrutura de cobertura, toda a estrutura de assoalhos, toda a estrutura do côro, várias portas, a estrutura do forro da nave, enfim, tudo estava muito estragado, inclusive o reboco externo, que estava caindo. Trata-se, no entanto, de uma irmandade que tem uma sequência de imóveis na cidade. Não é uma Irmandade paupérrima. Mas os imóveis dessa Irmandade valem como patrimônio, pois os aluguéis pelos quais esses imóveis estão cedidos são irrisórios. Então, eles não têm meios financeiros e, tratando-se de monumento tombado, é aquilo que já falei: não há grande preocupação com a sua conservação. Geralmente é feita uma limpeza apenas no interior do salão, por onde passa o público. Haja vista que estamos há três anos restaurando a Igreja de Santo Antônio e um trabalho imenso vem sendo feito: toda a instalação elétrica foi refeita, setenta por cento do entelhamento foi trocado, a fachada foi reformada com a ajuda da Prefeitura de Recife. Enfim, é um monumento que recebeu um reparo enorme, e pertence a uma Irmandade que tem patrimônio. E não vejo como obrigar as Irmandades a cuidarem de seus imóveis tombados. E se elas argumentarem que não têm meios, que não têm operários especializados? Há muitos casos em que um operário não especializado sobe no telhado para substituir uma telha e acaba quebrando várias outras. Agora, é possível estabelecer um entendimento com algumas Irmandades para que elas colaborem de alguma forma com a manutenção dessas Turmas Volantes. Ou seja, principalmente na aquisição de material de imunização, de limpeza, de lubrificação. Eu acredito que uma colaboração assim possa ser dada, mas o peso ficará sempre a cargo da SPHAN. Mesmo porque eu não tenho a menor dúvida de que se o operário não tem experiência, não tem prática, se não existem os equipamentos adequados, o trabalho fica muito difícil. A imunização de uma cômoda, de um arcaz, por exemplo. Se o operário nunca fez, não conhece qual o material a ser utilizado, como ele vai agir? Então, é preciso ter os elementos capacitados ou que se tenha a intervenção do órgão, no caso a SPHAN, para orientar ou apresentar o operário que possa fazer o trabalho.

Com a interrupção do trabalho dessas Turmas Volantes, desde 1969, você acredita que a situação ficou mais difícil no Nordeste?

Ficou sim, porque as igrejas mais distantes, especialmente as do interior, deixaram de ter aquela assistência de pelo menos uma vez por ano e, com isso, vez por outra chega-nos a comunicação: está caindo uma terça, arriou um trecho de caibros. Isso em consequência de quê? Da grande quantidade de cupim, de goteiras que não foram tratadas a tempo, mesmo porque não existem, principalmente no interior, escadas de suspensão, que são escadas que atingem a dez, vinte metros de altura e só quem as possui, geralmente, são empresas especializadas. Então, se não há material apropriado, não há como essas Irmandades fazerem pequenos reparos e, às vezes, para elas isso fica muito dispendioso. Assim, se o monumento ficou sem o devido cuidado, sem receber pelo menos uma vez por ano a visita dessas Turmas Volantes, o prejuízo acaba sendo muito grande. E a ameaça é muito grande, como por exemplo o risco representado por arbustos que crescem nos beirais, nas cantarias das Igrejas. Geralmente são os passarinhos que levam as sementes, seja de aroeira, seja de imbaúba. Se não for feita logo uma limpeza, os arbustos crescem e as raízes vão se aprofundando, penetrando e desarticulando totalmente, não só o beiral, como a própria parede. Lembro-me da Igreja da Graça, na Paraíba, onde os arbustos cresceram de tal forma e com isto as raízes engrossaram tanto que acabou ocorrendo desabamento. Por todos estes motivos é que eu defendo a criação das Turmas Volantes de Conservação, não só no Nordeste, mas em todas as outras regiões do país.

OPINIÃO

Tecnologias patrimoniais

Róberto Moreira

A busca de formas alternativas de organização social tem sido um dos sistemas mais frequentes, como se pode constatar através de artigos, livros, entrevistas, seminários, pesquisas e outras manifestações de especialistas preocupados com o assunto. Esta preocupação tem se manifestado no interior de cada área de atuação ou campo de conhecimento (medicina, arquitetura, educação, tecnologia, agronomia, etc.) e em diferentes países ao mesmo tempo.

O quadro histórico ou o contexto maior no qual emerge esta preocupação comum pode, em princípio, ser encontrado na constatação dos impasses criados pela evolução histórica recente das sociedades contemporâneas, que atingem, obviamente de forma diferenciada, tanto países tecnologicamente avançados quanto os assim chamados de subdesenvolvidos.

A preocupação se manifesta, portanto, com a crescente homogeneização das formas de organização da sociedade e o consequente desaparecimento progressivo ou obstaculização do surgimento de formas alternativas, heterogêneas e diversificadas.

Embora alguns considerem que o processo de homogeneização possa ser dinâmico, integrando elementos que vêm da tradição, não sendo necessariamente uniformizante, prevalece a noção de que as tecnologias geradas no interior do processo dominante não lograram satisfazer, de forma duradoura e compensadora, as necessidades básicas do homem. Aí está implícita uma idéia que, embora terminologicamente imprecisa, é bastante clara no que pretende expressar: deseja-se a "melhoria de vida" do homem, tanto no plano material quanto no "espiritual". Em outras palavras, não basta ter trabalho, mas também ter prazer no trabalho; não basta suprimir fome, miséria, condições precárias de saúde, higiene, educação e moradia, mas é preciso também continuar a ser sujeito da história.

Então, se as tecnologias geradas pelo processo dominante não lograram esses objetivos, é se levado a pensar que isto poderia ser obtido com uma revalorização da cultura dos povos e grupos sociais oprimidos, cujas manifestações culturais (idioma, objetos, tecnologia, hábitos de ação e pensamento) são tradicionalmente denegridas e condenadas ao ostracismo.

Para alguns esta concepção é considerada como moralizante e passadista, ao fazer uma separação entre produção artística e material, valorizando a primeira; outra separação entre conhecimento ocidental moderno e conhecimento autóctone, valorizando o segundo; e por glorificar e mitificar um passado que não foi necessariamente melhor.

Por outro lado, constata-se que o avanço do projeto histórico dominante, na maioria das vezes, provoca cortes em processos históricos que poderiam ter levado à geração e ao progressivo aperfeiçoamento de formas alternativas de organização da sociedade e da produção. Isto, que é uma constatação histórica trivial, fica também evidenciado a nível empírico pelos relatos de experiências práticas em educação, agricultura, arquitetura, medicina, etc.

Essas considerações sempre levam à discussão da questão das relações entre o conhecimento (ciência, tecnologia) e as condições históricas e sociais de produção deste conhecimento. Se considerarmos que o conhecimento produzido numa sociedade qualquer não é alheio às condições sociais de sua produção, mas, pelo contrário, tende a ser ideologicamente vinculado ao projeto histórico específico que está se desenrolando naquele momento, então a questão da homogeneização não se dá meramente na esfera tecnológica, mas também naquela das relações de produção. A estrutura produtiva é dotada de uma racionalidade própria que condiciona a produção do conhecimento que melhor lhe convém.

Assim, a discussão é conduzida para a questão de existir ou não a neutralidade da ciência e da tecnologia. Para aqueles que consideram moralizante a visão crítica sobre o processo de homogeneização da sociedade o conhecimento científico e tecnológico guarda uma característica de neutralidade intrínseca, que pode vir a ser rompida apenas no plano do uso ou da aplicação que se faça dele.

Do ponto de vista contrário observa-se que o problema não é de ordem moral, mas reside na instância da racionalidade própria de cada modo de produção. No caso das sociedades em consideração essa racionalidade existe somente na busca de adequação dos meios aos fins, segundo os interesses adquiridos nas relações de classe, mas jamais questiona os próprios fins a serem atingidos. Isto é, o conhecimento, mesmo o científico, não segue leis que estão na natureza, mas nas relações dos homens com a natureza, isto é, na história, e, portanto, sua produção é seletiva.

Assim, o que se pretende com a revalorização do conhecimento e da cultura dos grupos sociais subalternos é atingir um sistema valorativo de como esses grupos vêem seu conhecimento e sua cultura. Se isto implica em uma moral, não parece haver mal algum.

A questão moral se vincula, naturalmente, ao problema político, às relações de poder que atravessam as relações de produção dos bens materiais e tambem dos simbólicos. Isto é, a dificuldade não reside diretamente na esfera produtiva, mas primordialmente na da política. Isto pode-se constatar

empíricamente através dos inúmeros projetos de trabalho alternativo com comunidades que se sabe terem sido desacelerados, cerceados e até mesmo destruídos, quando, supostamente ou não, ameaçavam interesses adquiridos. Em geral, tais projetos eram exatamente aqueles que não tinham um interesse meramente museológico, preservacionista em sentido negativo, não tinham no paternalismo um disfarce para maior dominação, mas, ao contrário, viam na promoção da esfera da cultura algo indissociado e indispensável para a esfera econômica e jamais descuidavam de saber o "para quem" a pesquisa ou intervenção estava sendo feita.

Divergências conceituais e políticas à parte; parece que se pode considerar ambos os lados como empenhados na busca de soluções práticas para problemas muito concretos e urgentes, através de propostas muitas vezes semelhantes, mas não idênticas, como transparece da proliferação de adjetivos: tecnologia intensiva em mão-de-obra, intermediária, apropriada, utópica, suave, cuidadosa, branda, branca, neo-alquimista, popular, libertária, convivencial, radical comunitária, humana,etc.

Trata-se, é claro, da questão central de todo o debate: o que se deve entender por Tecnologia Patrimonial ou quais os elementos que definem o caráter patrimonial de uma tecnologia? O tempo histórico e o espaço geográfico parecem ser inúteis para este fim, na medida em que relativizam o caráter patrimonial: o que é patrimonial para uma sociedade pode não ser para outra; o que foi um dia patrimonial pode ter deixado de sê-lo. Tenta-se, então, caracterizar pelo autoctonismo ou pelo caráter alienígena da tecnologia, mas esse critério também não leva adiante, uma vez que, historicamente, nenhuma sociedade se construiu em absoluto isolamento, o que não elimina a existência de tecnologias estritamente endógenas. Isto é, tudo que é endógeno é patrimonial, mas nem tudo que é patrimonial é endógeno.

Diante da evidente dificuldade do problema, tentativas diferentemente orientadas são apresentadas pelas duas correntes de opinião. Uma, cuja principal característica é buscar com precisão possível os elementos de caracterização do objeto a ser definido e que, por isso mesmo, torna-se vulnerável na seleção de critérios, considera as tecnologias patrimoniais como o conjunto de objetos, comportamentos, pensamentos e ações cuja compreensão e manejo são adquiridos de forma empírica através de relações sociais pessoais entre os homens e com a natureza. A outra, buscando fugir dos riscos decorrentes de um rigor muito excessivo, peca por permacer muito vaga e abrangente, embora talvez sem prejuízo de sua operacionalidade, e entende tecnologia patrimonial como o conhecimento técnico imerso e enraizado em grupos sociais específicos.

Além do problema da definição, há também a questão das relações entre agentes do conhecimento dominante e agentes do conhecimento subalterno, no âmbito de projetos concretos de trabalho, que surge das dificuldades de adequação dos equipamentos metodológicos e conceituais clássicos para pesquisas em tecnologias patrimoniais. Ou seja, o círculo epistemológico que se estabelece ao perguntarmos se podemos olhar as tecnologias patrimoniais com olhos não patrimoniais.

Apesar da aparente dificuldade de solução do problema, os relatos de trabalhos efetuados sugerem alguns indícios de como superá-lo; mais que isto, apontam mesmo para a interação entre os agentes dos dois polos como único caminho razoável de ser tentado, ainda que cheio de medidas de controle e precaução, erros e acertos. Na verdade, a separação entre conhecimento dominante ou dito científico e conhecimento autóctone parece ser historicamente criada exatamente para reforçar a posição dominante a cujos interesses serve e a prática tem demonstrado que, apesar das dificuldades políticas, resta um espaço onde a interação pode ser tentada.

De todas essas reflexões, podemos retirar algumas recomendações que talvez sejam úteis para avançar o debate. Basicamente verifica-se que há necessidade de: conhecer melhor o que possa ser considerado como tecnologia patrimonial em cada situação social específica; tentar a interação entre agentes oriundos de contextos dominantes e agentes portadores de tecnologias patrimoniais; reorientar a postura em que se colocam os agentes oriundos de contextos dominantes; reconceitualizar a noção de processo de ensino-aprendizagem, no sentido de ressaltar a existência de processos coletivos de aprendizagem e da conotação autoritária da idéia de ensinar; evitar o paternalismo, a folclorização, o interesse meramente acadêmico, que traduzem um desrespeito para com os agentes de tecnologias patrimoniais, por implicar em considerá-los inferiores; aperfeiçoar critérios comuns que permitam avaliar com mais eficiência as situações em que esta ou aquela tecnologia é mais adequada, independente de ser patrimonial ou oriunda de contexto dominante, uma vez que nem sempre o que é patrimonial é melhor por sê-lo, bem como o que é "científico"é pior por isso; afastar a noção de que ao se buscar revalorizar as tecnologias patrimoniais se esteja buscando uma volta ao passado, uma vez que se sabe que o processo civilizatório é acumulativo e irreversível; investigar melhor a hipótese de que essas considerações tenham ou não um comportamento diferente quer se trate da produção estritamente estética, quer se trate da produção diretamente ligada à sobrevivência; criar mecanismos que evitem que o conhecimento patrimonial recolhido por pesquisadores seja privatizado através do sistema de patentes da economia monetária.

LIVROS E TESES

UMÚSIN PANLÕN KUMU e TOLAMÃN KENHÍRI – *Antes o mundo não existia*, introd. de Berta G. Ribeiro, São Paulo, Cultura, 1980.

"Na história da antropologia brasileira, esta é a primeira vez que protagonistas indígenas escrevem e assinam sua mitologia". Assim começa a introdução preparada pela antropóloga Berta G. Ribeiro, que vai direto ao aspecto mais destacável deste livro: desta vez, não se trata de relatos coligidos e analisados por cientistas "brancos", mas de um trabalho totalmente escrito e ilustrado pelos próprios índios.

Tolamãn Kenhíri, um índio desâna, 33 anos, e seu pai, Umúsi Panlõn Kumu, de 53, decidiram fazer este trabalho para que a mitologia de sua tribo pudesse ser transmitida sem deturpações aos seus descendentes. Tolamãn explica, ele próprio, a origem do trabalho:

"A princípio não pensei em escrever essas histórias. Foi quando vi que até rapazinhos de dezesseis anos, com o gravador, começaram a escrevê-las. Meu primo-irmão, Feliciano Lana, começou a fazer desenhos pegando a nossa tribo mesmo, mas misturados com outra. Aí falei com meu pai: 'Todo mundo vai pensar que a nossa história está errada, vai sair tudo atrapalhado.' Aí ele também pensou ... Mas meu pai não queria dizer nada, (...) só a mim é que ele ditou essas casas transformadoras. Ele ditava e eu escrevia, não tinha gravador, só tinha um caderno que eu mesmo comprei. Lápis, caderno, era tudo meu."

São quatorze histórias da mitologia heróica dos índios desâna, que vivem na área cultural do rio Negro. Umúsin, cujo nome cristão é Firmiano Arantes Lana, fez questão de não aprender português e, mais que isso, obrigou que os sete filhos falassem desâna, numa demonstração eloquente de sua identidade étnica apesar da pressão aculturativa. Tolamãn, cujo nome cristão é Luiz Gomes Lana, foi escolarizado pela missão salesiana de Pari-Cachoeira e faz parte de uma equipe de botânicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia que estuda as plantas úteis conhecidas pela sua gente.

Luiz Lana, ou Tolamãn, anotou em desâna as histórias que seu pai ia lhe contando. Em seguida, traduziu o texto para o português e acrescentou cinquenta desenhos que estão também publicados no livro. A participação da antropóloga Berta G. Ribeiro, segundo ela própria, "se resumiu em precisar passagens ininteligíveis ou obscuras; melhorar a redação, mantendo, dentro do possível, o espírito e o estilo do original; traduzir literalmente ao português, palavra por palavra, na ordem em que apareciam, as expressões em desâna que Luiz Lana havia deixado no texto e pedindo-lhe para acrescentar outras julgadas necessárias para afirmar a fidedignidade do testemunho".

FIGUEIREDO, Maria Emília Pinho Leão de -; BRITO, José Murilo Cruz -; VIANA, Rejane Jung – *Sugestões para um plano de revitalização do patrimônio histórico de Alcântara, MA*, Brasília, Programa Bolsa de Trabalho/Arte, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, novembro de 1979.

Sob orientação dos professores Muhdi J. Koosah e Cristina Jucá, a equipe realizou este trabalho sobre os aspectos urbano e arquitetônico da histórica cidade de Alcântara, no estado do Maranhão. A síntese do trabalho redigida pela própria equipe, é a seguinte:

"De início, conhecendo-se Alcântara apenas sob o seu aspecto mágico e misterioso de cidade monumento, pensou-se que esta seria um ponto de referência válido para uma pesquisa sobre o arquitetônico e o urbano das cidades coloniais brasileiras, como também para estabelecer contato com os problemas de preservação do patrimônio nacional. Procurou-se responder a perguntas como: por que preservar e o que preservar e a partir daí averiguar o que vinha sendo objeto de preservação e conservação por parte dos organismos oficiais, discutindo-se posteriormente a política adotada por esses organismos. Percebeu-se, então, a inquestionável importância de preservar a paisagem urbana e sua arquitetura, contudo sentiu-se a necessidade de ampliar essa visão de preservação de forma a resguardar, principalmente, a cultura produzida pelo homem, assegurando, inclusive, as diferenças regionais, preservando a heterogeneidade cultural, lutando contra a unificação e massificação impostas pela força tecnológica crescente da comunicação.

"A partir do maior contato com a cidade percebeu-se que além de seus casarões coloniais, sobrados, ruínas e seu pitoresco aspecto urbano e paisagístico, havia também toda uma comunidade marginalizada pelo processo de estagnação econômica da região e com tradições culturais dignas de estímulo e preservação. De imediato admitiu-se não ser Alcântara uma cidade como outra qualquer, entretanto, não se concebe que seu valor histórico-cultural a condene à eterna condição de cidade-monumento, intocável e entregue à própria sorte. Antes de tudo considera-se uma cidade ou um centro histórico como um elemento dinâmico que, através de consolidações sucessivas, absorve novas contribuições que, somadas às do passado, nem sempre resultam num conjunto homogêneo. Daí porque não se fazer nenhuma restrição ao aspecto plástico das novas construções no centro histórico, atentando, porém, para outros elementos objetivamente nocivos. Tratando-se de uma cidade com essas caraterísticas, concluise que é fundamental a compatibilização entre a preservação de bens culturais e materiais e seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma a permitir o surgimento de uma dinâmica própria, não se restringindo à criação de um museu extenso.

"Já com a intenção de estudar a cidade em todos os seus aspectos, partiu-se para um diagnóstico, onde se constatou dentre outros problemas: um acervo cultural rico, já em estado de deterioração, estagnação econômico do município, atividades artesanais em extinção pela não transferência de experiências em virtude da falta de mercado e incentivo, habitações precárias e em grande parte ociosas, infra-estrutura deficiente e existência de um turismo desorganizado, porém já utilizado pela população como fonte de renda. Cientes da situação percebeu-se que para chegar a qualquer intervenção urbana consequente seria fundamental

a elaboração de um plano que enfatizasse a reanimação sócio-econômica do município, plano este que só será possível num planejamento integrado (município, estado, união) para toda a região e que leve em conta as aspirações básicas da comunidade. Dessa forma viu-se como urgente um completo levantamento da situação atual do mucípio com a sistematização dessas informações para, posteriormente, estabelecer uma política de intervenção visando um desenvolvimento sócio-econômico compatível com a preservação do núcleo histórico.

"Enfatizando o plano de reanimação econômica, fixou-se algumas diretrizes básicas acerca do sistema viário da cidade, quanto às áreas de ocupação prioritárias, estabelecendo também cinco zonas de intervenção, dentre as quais tres desenvolvidas a nível de desenho e duas a serem estudadas mais detalhadamente numa etapa posterior."

CARRAZONI, Maria Elisa -- *Guia dos bens tombados*, Expressão e Cultura, 1980.

•

Regitramos o lançamento deste *Guia de Bens Tombados*, que percorre 801 monumentos tombados a nível federal, isto é, pela SPHAN, apresentando cada um como um verbete acompanhado de descrição, dados históricos, processo do tombamento, finalidade, bibliografia e iconografia.

A pesquisa foi coordenada pela museóloga Maria Elisa Carrazoni e o trabalho durou de janeiro de 1979 a agosto de 1980, contando com a participação dos pesquisadores Cristine Correia, Denise Alvarez Pimentel, Ernesto Saboya de Albuquerque e Lupércio Rômulo da Sulva.

Segundo Carrazoni, o objetivo do trabalho foi fornecer a técnicos e a leigos os principais dados sobre cada bem imóvel tombado pela SPHAN, reunidos num só volume que facilitasse a consulta. Os bens, sobre cujos estados onde estão localizados há um resumo histórico, tanto podem ser monumentos isolados, como conjuntos arquitetônicos ou paisagísticos.

Os pesquisadores examiram cuidadosamente todo tipo de material disponível: fichas, textos, manuscritos, recortes de jornais e revistas, fotografias, pareceres técnicos, plantas e outros documentos. O trabalho foi realizado no arquivo e na biblioteca da SPHAN, no Rio de Janeiro, e a primeira edição é de tres mil exemplares.

CARTAS

USINA DO GASÔMETRO

"Ao tomar conhecimento da questão relacionada com o risco de demolição da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, solicitamos, em nome dos arquitetos brasileiros, sua colaboração junto aos órgãos ou entidades responsáveis no sentido de que tomem as medidas técnicas, administrativas e jurídicas cabíveis, para preservar esse testemunho importante da história da cidade. Confiamos em sua ação que consideramos importante para a efetiva aplicação do conceito de bem cultural definido pela SPHAN, ao qual temos, em diversas oportunidades, manifestado nosso apoio. Registramos, nesse sentido, apoio integral à nota oficial do IAB-RS e ao texto do arquiteto Júlio N.B.de Curtis. Nesta data, e com o mesmo objetivo, estamos nos dirigindo ao Prefeito de Porto Alegre, Presidente da EBTU, Eletrobrás, Eletrosul, Câmara dos Vereadores de Porto Alegre e Direção Nacional do SENAC. Estamos certos de que a recuperação e utilização do prédio para fins compatíveis é possível e que, uma vez realizada, se constituiria, em exemplo importante para ações voltadas à preservação de nossos bens culturais. (...)" – Fernando Burmeister, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

MADEIRA–MAMORÉ

"Li a reportagem na 'Folha de São Paulo' de ontem sobre o tombamento e a reativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e seus planos a respeito. Quero manifestar meu apoio e o do pessoal do Museu a esta sua iniciativa que, além da preservação da ferrovia, reconduzirá muita gente ao trabalho. (...) – P.M.Bardi, Diretor do Museu de Arte de São Paulo.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K – 70.710 – Brasília, DF.
Por motivos de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.